ATA Nº 07/2021

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E UM

---------- Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, no Salão Nobre do Edifício dos Paços de Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Arouca, sob a presidência do seu Presidente, senhor Pedro Miguel de Oliveira Rodrigues Vieira, com a presença do primeiro secretário, senhor Geraldo Tavares Campas e da segunda secretária, senhora Maria Cristina de Oliveira Saavedra e restantes membros, senhores Pedro Miguel Gomes de Sousa, Regina Maria de Sousa Ferreira Fontes, Afonso Portugal Ferreira da Silva, Sérgio Manuel Brandão de Azevedo, Vanessa Filipa Duarte Soares, António Brandão Ferreira Tavares Teixeira, Maria de Fátima Rodrigues da Fonseca, André Azevedo Vilar, Diogo Ribeiro Santos, Cátia Filipa Soares da Silva Cardoso, Jonatan Gonzalez y Ribeiro, Óscar de Pinho Brandão, Alda Duarte Portugal, Rui Filipe Vilar Gomes, Pedro Miguel Ferreira da Silva Bastos, Fátima Cristina Conceição Oliveira Pinho, Artur Miguel Quaresma Pereira Miler, Luís Carlos Pinho Brandão de Almeida, José Maria de Oliveira Ribeiro e os senhores Presidentes das Juntas de Freguesias Alvarenga, Escariz, Mansores, Moldes, Rossas, Fermedo, Santa Eulália, S. Miguel do Mato, Tropeço, Várzea, União de Freguesias de Arouca e Burgo, Cabreiros e Albergaria da Serra, Canelas e Espiunca e Covêlo de Paivó e o Tesoureiro da Junta de Freguesia de Chave.----------

---------- Estiveram também presentes a senhora Presidente da Câmara Municipal de Arouca, Margarida Maria Sousa Correia Belém, a senhora Vice-Presidente Cláudia Oliveira e os senhores Vereadores Albino Jorge Cardoso Gonçalves, António Carlos Duarte, Vítor Carvalho, Célia Alves e Helena Rodrigues.----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão, às catorze horas e quarenta minutos. ----------

---------- Começou por saudar a senhora Presidente da Câmara e as senhoras e senhores vereadores, bem como todos os membros da Assembleia Municipal e todo o público presente. De seguida, colocou à consideração dos membros da Assembleia Municipal, o reconhecimento do caráter de urgência na discussão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, e consequente inclusão na ordem de trabalhos, conforme solicitado pela Senhora Presidente da

Câmara, tendo o mesmo sido objeto de votação, por unanimidade, passando a ordem de trabalhos a ter a seguinte composição: ----------

---------- 1. Período de intervenção dos senhores munícipes; ----------

---------- 2. Período de antes da ordem do dia; ----------

---------- 2.1 Atas – aprovação; ----------

---------- 2.2 Correspondência; ----------

---------- 2.3 Diversos; ----------

---------- 3. Período da ordem do dia;----------

---------- 3.1 Plano municipal de defesa da floresta contra incêndios. ----------

---------- 3.2 Informação da senhora Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e sobre a situação financeira do município; ----------

---------- 3.3 Orçamento municipal para 2022; ----------

---------- 3.4 Compromissos plurianuais – autorização prévia; ----------

---------- 3.5 Mapa de pessoal;----------

---------- 3.6 Impostos municipal sobre imóveis; ----------

---------- 3.7 Apoio às juntas de freguesia – cedências de equipamentos municipais; ----------

---------- 3.8 Transmissão de sessões on-line; ----------

---------- **1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES: ----------**

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período de intervenção dos munícipes com um esclarecimento relativamente à distribuição do tempo pelos senhores munícipes e quanto ao modo de intervenção e resposta neste ponto. ----------

---------- Nessa sequência, foi aberto o período de inscrição dos munícipes, pedindo a palavra, para intervenção, os senhores Fernando Tadeu Andrade, Pedro Quaresma, Mário Pinho e Fernando Correia, os quais indicaram os assuntos a abordar. ----------

---------- Concedida a palavra ao senhor Fernando Tadeu Andrade, este colocou duas questões: a primeira, relacionada com o plano municipal da defesa da floresta contra incêndios, pois no debate realizado para as eleições de 28 de setembro, em que foi questionada a inexistência do referido plano, a Sra. Presidente respondeu que se devia a atrasos do ICNF e não a razões imputáveis à autarquia, agora que o plano já existe e para que não se voltasse a suceder,

pergunta à Sra. Presidente se esta consegue detalhar melhor os motivos deste atraso. A segunda questão relacionada com os cuidados de saúde primários: estando a meses da transferência de competências para a autarquia, inclusive na área da saúde, sendo conhecidos os défices nas respostas nos cuidados de saúde primários, e continuando sem resolver problemas como as extensões de saúde de Rossas e Chave, que diligências tem a Câmara Municipal de Arouca feito para as necessárias melhorias na resposta destes postos e que expectativa pode deixar aqui relativamente ao futuro. Conclui agradecendo a todos e desejando bom ano de 2022. ---------- ---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra, agradecendo a intervenção acabada de fazer, acrescentando que a prática seguida é a de que em primeiro intervêm todos os munícipes e só no final se dará a resposta a cada um deles. Caso a senhora Presidente da Câmara, a quem se solicita a resposta, pretenda responder de imediato assim será feito. Em resposta, a senhora Presidente informou que responderá no final das intervenções, tendo sido dada a palavra ao senhor Pedro Quaresma. Este, tomando da palavra, referiu que a sua intervenção ocorre em nome da Associação Florestal do Entre Douro e Vouga e que a mesma já manifestou a sua discordância com o plano municipal da defesa da floresta contra incêndios que vai estar em discussão. Começa por dizer que a Associação não coloca em causa a legalidade do plano municipal, mas sim o planeamento, a estratégia, a falta de critérios técnicos e científicos, não estando em causa a questão da proteção de pessoas e bens, mas a ausência de qualquer lógica e critério. Continua dizendo que a delimitação das faixas de combustível foi traçada a régua e esquadro sem critérios técnicos ou científicos, sendo que foi gerado meramente por um programa de computador que fez um *buffer*, uma circunferência em volta dos aglomerados populacionais, e assim foi apresentado. Diz-nos que a legislação não obriga a isso, o ICNF não obriga a que em todos os aglomerados sejam efetuadas faixas de gestão de combustível de 100 metros. Diz-nos ainda que foi a Câmara que propôs as faixas, o plano é da responsabilidade desta e foi levado à aprovação à Comissão Municipal da Defesa da Floresta a 24 de maio de 2021, e que foi votado contra pela Associação Florestal, sendo esta a única entidade que votou contra. De seguida, apresenta várias imagens, dando exemplos de situações com as quais discorda, designadamente, toda a faixa de árvores na zona da Alhavaite que vai ser abatida, alegando que longo de concelho existem exemplos absurdos como estes. Acrescenta,

ainda que estas faixas estão subavaliadas, levando a que o custo, para os proprietários, que têm de fazer estas limpezas sejam muito elevados. Alega que este plano de defesa da floresta contradiz tudo o que foi aprovado anteriormente: contradizendo o plano aprovado contra as alterações climáticas, os vários planos de biodiversidade, o plano estratégico 20/30, as classificações Unesco (porque estamos a classificar geo-sítios e, por outro lado, a obrigar a cortar árvores e mato). Referiu que o plano mostranos que não olhamos a espécies ou tipo de espécies, quando temos graves problemas fitossanitários como doenças graves na floresta, estamos ainda a abater o que já está em défice. Disse ainda que as faixas propostas deviam ser minimizadas e diminuídas, conforme fizeram concelhos vizinhos, mas que não foi o que a Câmara Municipal de Arouca fez, esta onerou os proprietários no máximo e tratou a floresta como uma mera inimiga. Outra coisa que referiu foi ainda o tratamento discricionário e discriminatório dos proprietários privados: enquanto estes são obrigados a limpar todos os anos, a EDP, a REN, a Câmara, etc. não são obrigadas a limpar todos os anos, mas apenas de 2 em 2 ou de 3 em 3. Finalizou dizendo que este plano é contrário a tudo o que foi feito até agora, não torna a floresta mais resiliente, maximiza os encargos aos proprietários, limita os rendimentos das suas propriedades e persegue-os como criminosos. ----------

----------De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra ao senhor Mário Pinho, que, tomando da palavra, demonstrou satisfação em estar presente nesta Assembleia, felicitando a senhora Presidente e demais presentes, pedindo para que se comece a trabalhar certo e bem. Refere-se, ainda, a um problema em Canelas, designadamente a casa mortuária que está situada numa curva perigosa, que considero a obra mais prioritária para esta freguesia. Pede ainda que se substitua a carrinha de transportes por um autocarro maior para as pessoas com pouca mobilidade, porque estas não conseguem usar este transporte disponível. ---

----------Em seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal dá agora a palavra ao senhor Fernando Correia que começa por questionar a Sr.ª Presidente relativamente à fibra ótica, uma vez que esta referiu, na resposta dada em anterior assembleia municipal, que Arouca teria 9000 habitações ou edifícios com fibra ótica, e considerando que em Arouca existem 10301 habitações, isso significaria que 94,1% do município tinha fibra ótica, valor bem superior aquele que a própria referiu em campanha eleitoral. ----------

---------- Conclui dizendo que, do ponto de vista operacional, Arouca não tem esses edifícios com fibra ótica, referindo que "algo de errado não está certo", como se costuma dizer. Pede à senhora Presidente para esclarecer este ponto.----------

---------- Acrescenta, ainda, que na última Assembleia a senhora Presidente não respondeu à pergunta que este colocou relativamente à água, pois tinha sido questionada se a causa para a assinatura do acordo com as Águas do Norte, foi a incapacidade do município de prestar um serviço público de qualidade, que é fornecer água com qualidade aos munícipes. Sente-se ainda mais entristecido por a senhora Presidente desconhecer a estratégia nacional para uma proteção civil preventiva, tendo questionado, na última sessão da assembleia municipal, se Arouca se revia nos objetivos lá traçados. Hoje volta à questão e diz-nos quais os objetivos: fortalecer a governança na gestão dos riscos, melhorar o conhecimento sobre os riscos, implementar estratégias para a redução dos riscos, melhorar a preparação face à ocorrência dos riscos, envolver os cidadãos no conhecimento dos riscos. Questiona, ainda o plano municipal da defesa da floresta contra incêndios, alegando que o mesmo foi colocado em discussão pública onde cerca de 90% das opções colocadas não foram discutidas ou aceites. Acrescenta que nos anos de 2003 e 2005 ocorreram graves incêndios a nível nacional, e achou-se, por bem, elaborar-se um documento estratégico nacional para gerir a floresta e protegê-la de incêndios, sendo este o plano nacional da defesa da floresta contra incêndios de 2006, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros 65/2006 de 26 de maio, é este documento que está na base da elaboração do atual plano de defesa da floresta contra incêndios que esteve em discussão pública. Os objetivos que lá estão presentes são "os capítulos" do atual plano, que esteve de 17 de novembro a 17 de dezembro em discussão pública. Em 2013, as avaliações técnicas do plano nacional da defesa da floresta contra incêndios já mostravam que este documento de 2006 era incapaz de cumprir os seus objetivos, não fazendo uma completa gestão e planeamento da floresta, não preparando as comunidades para a ocorrência de incêndios, cujo seu objetivo principal era erradicá-los e diminuí-los. Em 2013 há incêndios, em 2016 há incêndios, em 2017 tivemos o pior ano de registos em Portugal. Para avaliar estas consequências a Assembleia da República constitui duas comissões técnicas independentes que disseram que o plano de 2006, em vigor na altura, não conseguia dar resposta às necessidades e exigências dos incêndios e não fazia uma correta gestão

e planeamento da floresta, e sugeriram a criação da AGIF. Esta elaborou uma nova proposta do plano de gestão integrada de fogos rurais, que foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministro 45-A/2020, de 16 de junho. Assim sendo, esta Resolução já foi aprovada há mais de um ano, e em Arouca estamos a discutir um plano baseado num plano revogado em 2020, e que várias avaliações das comissões técnicas independentes consideraram que não tinha uma capacidade de resposta e de planeamento da floresta. Informou que no dia 1 de janeiro vai entrar em vigor o sistema de gestão integrada de fogos rurais, sugerindo a necessidade que este plano seja aprovado porque todo o sistema vai ser alterado. Acrescenta que o sistema de defesa da floresta contra incêndios diz-nos que quando este sistema foi testado em condições muito exigentes não provou ter suficiente capacidade de resposta. Face a tudo isto, pede a explicação da Sra. Presidente do facto de ter um plano de defesa da floresta contra incêndios que não tem um enquadramento jurídico válido. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal dá a palavra à senhora Presidente da Câmara para que esta dê os esclarecimentos pedidos nestas intervenções antecedentes. ----------

---------- A senhora Presidente cumprimenta os presentes, desejando uma boa continuidade nestas festas bem como para o próximo ano. Em seguida, respondendo ao senhor Fernando Tadeu diz que o plano do município caducou no final de 2010 e que se iniciou, pelo gabinete técnico florestal, o processo muito antes do prazo de término. Informou ainda que a 10 de agosto de 2020 foi contratada, por impossibilidade de ser executado pelo município, uma empresa para dar continuidade ao trabalho que já havia sido iniciado. Em 8 de janeiro de 2021, foi entregue, o primeiro caderno e dois meses depois o segundo caderno, ao ICNF para uma pré-análise. A resposta chegou a 10 de maio, data que iria ser feita uma reunião da Comissão de Defesa da Floresta, que acabou por não se realizar por falta de quórum. Em 24 de maio, foi aprovado, em reunião com esta comissão, o plano, com o voto desfavorável da Associação Florestal. O plano foi enviado para o ICNF e a resposta demorou. Em 1 de setembro de 2021, a Câmara notificou o ICNF para dar resposta nos 20 dias subsequentes. A 23 de setembro, o ICNF solicitou a supressão de deficiências; o município respondeu e a 4 de novembro o ICNF solicitou ainda mais alterações, tendo o município novamente respondido e a 9 de novembro o ICNF emitiu um parecer positivo do plano. A 16 de novembro foi aprovada em reunião de câmara a proposta de

consulta pública do plano. De 24 de novembro a 17 de dezembro de 2021 este plano esteve em consulta pública cumprindo o que está estipulado na lei: 15 dias. A 23 de dezembro, em reunião da comissão municipal da defesa da floresta, foi aprovado o relatório da consulta pública com dois votos contra. A 23 de dezembro houve reunião de câmara, tendo o plano sido aprovado, por isso, estamos aqui a cumprir o que está previsto na lei, colocando à consideração desta Assembleia. Relativamente a este assunto, a senhora Presidente diz que não é especialista nem perita nesta matéria, e que iria de seguida solicitar a intervenção dos técnicos do Gabinete Técnico Florestal da câmara para fazerem a apresentação do plano. Antes disso, recordou que este plano foi aprovado na comissão municipal da defesa da floresta, onde estão vários presidentes de junta e parceiros, foi aprovado e pouco muda em relação ao plano anterior, portanto, segue os mesmos princípios, a mesma lei 124/2006 e, mantendo as faixas que estavam definidas no anterior plano. A senhora Presidente informou que o plano agora apresentado cumpre a legislação em vigor e que a futura legislação traz um vazio, havendo um conjunto de indefinições pendentes, nomeadamente a definição de um plano sub-regional de ação integrada de fogos rurais. Esta nova legislação que foi referida está dependente, ainda, de várias legislações e decretos-leis, e da composição e elaboração de vários programas, nomeadamente o plano sub-regional de ação gestão integrada de fogos rurais, a não aprovação deste plano traz um vazio porque não sabemos quais as implicações da nova lei, e pouco muda em termos de obrigatoriedade porque elas estão definidas na lei. A senhora Presidente referiu ainda que o município reduziu para 10 metros as faixas em zonas agrícolas, portanto, estabeleceu um valor mínimo para salvaguardar o interesse dos proprietários e conseguiu ainda assegurar o planeamento da gestão das faixas de incumbência do município de Arouca, permitindo-nos gerir 3 anos da faixa de 928 hectares que tem um custo estimado de 1.3 milhões. Sublinhou ainda que plano proposto permite o planeamento anual, coisa que a nova lei não permite. Infelizmente, o ICNF não permitiu que o planeamento dos privados fosse feito, foi uma imposição legal. O parecer do ICNF é vinculativo e todo este documento segue o caderno e as normas que estão na lei. Há efetivamente penalizações para os privados e para o município, há uma incapacidade de fazer a gestão e de garantir meios humanos e físicos para executar estas novas competências que vêm para o município sem estar agregada a respetiva compensação financeira. O município está

convencido que este é o melhor plano que, neste momento, salvaguarda os interesses do município e que acautela as responsabilidades. Refere ainda que efetivamente estas leis deveriam ter em consideração uma realidade que é uma realidade como a nossa que tem muitos aglomerados e edificações dispersas pelo território e que tem centenas de quilómetros de vias municipais, que é muito diferente dos municípios urbanos. E continua dizendo que este é um documento dinâmico e que a sua aprovação (incorporando 4 das 9 reclamações) dará ao município uma possibilidade de revisão deste plano em 2022. A não aprovação deste plano traz consequências do ponto de vista financeiro, reduzindo numa determinada percentagem a comparticipação da transferência do orçamento do estado. Por outro lado, há uma janela de oportunidades dos privados na questão de financiamento, há vários programas, por exemplo, no âmbito do PRR, no âmbito dos fundos comunitários, mas isto não será possível sem um documento aprovado. Para além disto, e sabendo que os privados têm razão nesta necessidade de serem recompensados, o município de Arouca já apresentou essa sugestão através e ofícios junto do Governo (PM, Ministro das Finanças, Secretário de Estado das Florestas e do Ordenamento do Território, da Administração Interna, etc.), o município está a solicitar que os territórios devem ter uma valorização naquilo que são as transferências do orçamento do estado, e portanto, o município está a solicitar um novo indicador que tenha como critério a floresta, que permita atribuir uma percentagem maior, para que os municípios consigam levar a cabo o que está previsto na lei e que é uma imposição. Para os privados, o município vincou a necessidade de uma definição, de um regime jurídico, que preveja indemnizações a estas servidões administrativas, já que há obrigatoriedade de proteger e de valorizar, há necessidade de pôr em lei as respetivas compensações necessárias, é justo que se fizesse aplicar o mesmo regime que é aplicado às faixas privadas, bem como os privados possam recorrer a mecanismos de apoio para fazer face às limpezas. ----------

---------- A senhora Presidente reitera ainda que está convencida que o plano que foi aprovado é para nos proteger, salvaguardar, e dirigindo-se ao munícipe Pedro Quaresma pede para que a Associação Florestal identifique as aldeias e as faixas a retirar, porque este plano pode sofrer alterações agora, depois de aprovado. ----------

---------- Quanto à questão da saúde, respondendo ao senhor Fernando Tadeu, a senhora Presidente diz que o município iniciou a sua estratégia municipal de saúde, em estreita articulação com o ACES – Feira-Arouca e em negociações com a ARS Norte para ter no mapeamento do PRR, bem como no próximo quadro comunitário, a restruturação que é necessária a nível dos equipamentos. Acrescenta ainda que no início do ano vai haver um nova Unidade de Saúde Familiar em Arouca, dando a possibilidade de fixar as pessoas, os médicos e requalificar os nossos serviços, passando, assim, Arouca a estar com toda a população abrangida com médico de família, sendo muito poucos os municípios nestas condições. A informação que tem é que as unidades de saúde de Rossas, Alvarenga e Chave vão-se manter. Acrescenta que a Unidade de Chave precisa, efetivamente, de obras, por isso, o município e o ACES fizeram a avaliação desta necessidade de obras para que conste neste mapeamento e para que as obras sejam realizadas o mais rápido possível. O município está a trabalhar para que Escariz tenha o alargamento que é desejável e que em Arouca se construa um novo edifício de Centro de Saúde, e um centro de diagnóstico integrado. -----

---------- Respondendo ao senhor Mário Pinho, a senhora Presidente agradece as observações feitas por este, dizendo que é sempre um gosto recebê-lo aqui. Diz ainda que o município já tem em vista um autocarro e que vão sempre tentar encontrar os melhores equipamentos em pareceria com o Presidente de Junta.-------- ----------

---------- Respondendo ao senhor Fernando Correia, a mesma pediu desculpa porque quando lhe foram colocadas as questões na última AM não as percebeu, referindo que a estratégia nacional para a proteção civil preventiva de 2030, que foi já aprovada em agosto de 2021, tem aquilo que é essencial: promover a articulação entre as diversas políticas setoriais relevantes, que não acontecia, para a redução do risco e catástrofes, promove a resiliência e a atenuação de vulnerabilidades através de mecanismos para fortalecer a governança na gestão dos riscos, para melhorar o conhecimento existente, para implementar estratégias de redução risco, bem como para preparar para a ocorrência de acidentes graves, catástrofes, e envolver também os cidadãos. Este documento reconhece aqui um papel fundamental que é desempenhado a nível local pelas autarquias e freguesias, na preparação, implementação e prevenção de todos estes fenómenos. Fez também referência ao financiamento dos objetivos através de um plano de funcionamento da estratégia com uma estimativa de encargos e fontes de financiamento, portanto, esta estratégia nacional para a proteção civil preventiva tem de ser posta em prática e operacionalizada. Reforçando sempre que não é especialista, reviu que este documento tem 5 objetivos estratégicos, 10 áreas prioritárias, 136 objetivos operacionais, 130 as medidas a implementar, 19 as áreas governativas e

50 entidades administrativas, poder central e local, sendo este último o mais importante porque era o que faltava, a interligação das políticas setoriais e as entidades.----------

---------- Quanto à fibra ótica, a senhora Presidente diz que não tem por hábito falar com base em suposições, mas traz dados concretos que lhe são fornecidos pela equipa. Volta a repetir que, com as alterações efetuadas em Alvarenga, Canelas e Escariz, passou a estar assegurada a cobertura de 9051 casas, dados do INE de agosto de 2020, considerando que o concelho tem 10.736 casas, está assegurada a cobertura de 84% do município, informação esta facultada pela empresa responsável pela expansão da fibra ótica: DSTelecom. Solicitou recentemente uma atualização destes dados, e se existir uma outra atualização destes dados com fontes fidedignas, pede que as façam chegar. ----------

---------- Quanto à questão da água, a senhora Presidente recordou que não foi ela que fez a adesão às Águas do Norte, foi um assunto debatido e aprovado no seio da assembleia municipal e, portanto, esta AM conhece bem a posição do município. O aspeto positivo é a qualidade da água, mas há muitas questões como o preço da água, a qualidade do serviço prestado, que têm de ser melhoradas e reforçadas e o município, publicamente, tem vindo a dar nota da sua insatisfação relativamente a esta matéria.------

---------- Respondidas as questões colocadas, o senhor Presidente da assembleia municipal tomou a palavra agradecendo a intervenção da senhora Presidente e face à intenção de responder, por parte do público, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal referiu que os munícipes apenas podem intervir uma vez, de acordo com o regimento. Reforçou a abertura da senhora Presidente de receber os documentos e dados relevantes, a fornecer pelos intervenientes, para a assembleia municipal ou diretamente para a Câmara Municipal.----------

---------- 2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:----------

---------- 2.1 ATAS – APROVAÇÃO:----------

---------- Colocada a votação, por braço no ar, a ata n.º 4/2021 a mesma foi aprovada com 5 abstenções por ausência. Em seguida foi colocada votação, por braço no ar, a ata n.º 6/2021, tendo sido aprovada com 4 abstenções. ----------

---------- 2.2 CORRESPONDÊNCIA:----------

---------- O Senhor Presidente solicitou ao segundo-secretário a leitura da correspondência recebida.

---------- O senhor Pedro Sousa pediu a palavra para solicitar esclarecimentos sobre os tempos dados aos partidos representados na assembleia, tendo o Sr. Presidente da Assembleia referido que os mesmos estão em conformidade com a lei. ----------

---------- Na sequência da leitura da correspondência, pela secretária Cristina Saavedra, o Sr. Presidente referiu que o expediente relativo aos assuntos mais relevantes deve ser conhecido da AM, e

coloca à consideração dos membros da AM o envio desta documentação recebida para todos os membros da assembleia e que se prescinda desta leitura nas próximas AM, para tornar as AM mais céleres. --------

---------- O senhor Presidente da AM refere ainda que houve a renovação da assinatura da revista das Assembleias Municipais e dos Eleitos Locais, porque estes artigos são de muito boa qualidade, como o artigo sobre a publicidade e transmissão das AM, que serviu de base para a proposta que está nos pontos da ordem de trabalho, e que as revistas estão à disposição de todos os membros da assembleia que as queiram consultar. ----------

---------- Há ainda outra revista que é o Guia Prático das Assembleias Municipais que tem um conjunto de perguntas e respostas simples, um conjunto de minutas para determinados atos, que vai ser enviado para cada um dos membros da AM. Estas revistas são trabalho da Associação Nacional das Assembleias Municipais em conjunto com o Centro de Valorização dos Eleitos Locais, considerando que é um trabalho com muita qualidade e que um dia, talvez, se devesse ponderar a adesão a esta associação.

---------- O senhor Pedro Sousa pediu a palavra para esclarecer sobre os tempos dados aos grupos na Assembleia. O Presidente da AM esclarece que lhe chegou um pedido por parte do PSD (no dia 30 de dezembro) e do CDS (6 de dezembro), para que fossem constituídos dois grupos municipais autónomos, um do PSD e outro do CDS, esclarecendo que os tempos foram todos ajustados para esta nova realidade, e que o regimento prevê a constituição destes grupos municipais. O senhor Pedro Sousa acrescentou novamente que o que diz o regimento é que é 1 minuto e 20 segundos por cada membro eleito direta ou indiretamente para a AM, portanto se há um grupo em que são 19 elementos, esse grupo terá 19 x 1,2, e depois 4 minutos por cada partido/coligação, por isso, neste caso, para a coligação são mais 4 minutos com acento na AM, assim sendo, para a coligação serão os 19 x 1.2 + 4 minutos, o que dará, no total, cerca de 24 minutos. ----------

---------- O senhor Presidente da AM dá o esclarecimento de que os tempos são distribuídos pelos partidos, estando resposta à questão na lei que refere que logo após o resultado eleitoral as coligações se extinguem. - ----------

---------- **2.3 DIVERSOS:** ----------

----------A reunião prosseguiu com o ponto 2.3 – diversos, tendo solicitado a intervenção neste ponto os senhores Óscar Brandão, Afonso Portugal, Pedro Sousa, Rui Vilar, Artur Miler, Pedro Bastos, Hélio Soares, Fátima Pinho, Presidente da Junta de Mansores, Alda Portugal. Não havendo mais inscrições no momento o senhor Presidente da assembleia municipal deu a palavra ao Senhor Óscar Brandão. ---------- ----------

30.12.2021

---------- Este começa por cumprimentar todos os presentes, e segue deixando uma palavra de apreço e louvor pela honrosa participação do arouquense Simão Oliveira no Euro Festival Júnior. ----------

---------- De seguida, dirigindo-se à senhora Presidente da Câmara, referiu-se a uma proposta que os vereadores da coligação apresentaram, na reunião de 14 de dezembro, que ele considerou ter sentido e ser justa, e que correspondente com os novos desafios que se colocam a gestão autárquica. Dizendo que se trata de um propósito em correspondência com o pensado por todos os presidentes de junta há vários anos atrás, mais precisamente em 2018, e que teve o mesmo fim: o caixote do lixo da governação socialista. -- ----------

---------- Recorda a proposta que foi feita foi que a taxa IRS aplicada seja de 5%, sendo que 2% do valor apurado se constitua como um reforço financeiro transferido diretamente da Câmara para as Juntas de Freguesia de forma a reforçar os orçamentos das mesmas. Continua dizendo que estranhamente, ou não, e usando os recursos da Câmara os munícipes tiveram mais um comunicado no dia 28 de dezembro, que, demagógico e populista, como é timbre deste executivo, com base em subterfúgios distorce o que está em causa. Diz que, nesse comunicado, a senhora Presidente fala numa receita de 535 mil euros, e depois explica onde é que esse valor vai ser aplicado, falando que 50% das verbas a transferir para as Juntas de Freguesia seriam 224 mil euros, e que a Câmara Municipal aplica esses 5% que recebe em área social. Perante o que foi assumido, pergunta em concreto: Qual o ponto ou artigo da lei do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Municipais que diz que o município não pode afetar esta receita à despesa que os vereadores propuseram? Ou seja, o que é que está em causa aqui para que este valor não possa ser transferido para as Juntas de Freguesia. Reafirma que pede o ponto ou o artigo da lei. Diz ainda, no comunicado, que "a proposta apresentada pressupõe a aplicação de verbas na área social, mais concretamente no apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, questionando como é que a senhora Presidente consegue assumir isto a partir da lei. Acaba a sua intervenção dizendo que se estranha quando esta Câmara que tudo faz para comprar tudo o que acha por bem, muitas destas compras por ajuste direto, sem passar por escrutínio do executivo, apoia e subsidia quem bem entende (recorda ainda que só à Associação de Direito Privado que dá pelo nome de Geopark, e que apenas para despesas correntes (pág. 231 do Relatório de Contas) transferiu 200 mil euros, precisamente o valor similar que se pede que seja transferido para as Juntas de Freguesia. Lamenta, por fim, que o executivo tenha esta atitude. -------

---------- Tomada a palavra pelo senhor Presidente da AM, perguntando à senhora Presidente se esta pretende responder logo a seguir às intervenções ou se prefere responder no fim a todas elas, à qual a senhora Presidente responde que responderá a todas as intervenções e questões suscitadas no final de todas as intervenções, por uma questão de economia de tempo.----------

30.12.2021

---------- O senhor Presidente da AM passa palavra ao senhor Afonso Portugal, diz ter chegado ao seu conhecimento que no dia da eleição da mesa da AM terá sido pedido aos eleitos da coligação "Agora os Arouquenses" para fotografarem o seu próprio voto, para depois serem escrutinados à posteriori, solicitando que os líderes das forças políticas em questão o esclarecessem se isto aconteceu ou não. -----
---------- O senhor Presidente da AM interveio dizendo que não houve quaisquer orientações em nenhum sentido, reforçando que as pessoas são livres e exercem do seu direito de voto livremente, e esclarece que se houve alguém que o fez foi por sua livre vontade e de acordo com as suas convicções. Concluindo dizendo que não crê que haja mais alguma coisa a dizer sobre o assunto. ----------
---------- O senhor Afonso Portugal interveio novamente e questionou se aconteceu. O senhor Presidente da AM conclui dizendo que não lhe parece que seja adequado estar a fazer este tipo de intervenções e questionamentos, não sendo um assunto que mereça estar a ser discutido na AM. O senhor Afonso Portugal responde dizendo que vai supor que aconteceu e que lamenta imenso que isto tenha acontecido, considerando que isto é a subversão completa e total do que é o conceito subjacente ao voto secreto, se uma pessoa vai fazer a sua votação e fotografa o seu voto para ser escrutinado à posteriori, é, no seu entender, uma solução que acontecia no fascismo, é aberrativo. ----------
---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção e dá a palavra ao senhor Pedro Sousa que se associou às felicitações relativas à prestação do Simão Oliveira, no festival da Eurovisão Júnior, sendo este um talento arouquense e alvo de elogios e carinho por parte dos portugueses. ----------
---------- Referindo-se à questão do IRS, abordada pelo anterior interveniente, disse que sente uma mistura de sentimentos; em primeiro lugar porque sempre defendeu que a descida da taxa de IRS, considerando que mais de 50% das famílias não pagam IRS, não abrange todas as pessoas mas beneficia quem mais ganha, e sempre defendeu que não deve ser feita a alteração à taxa de IRS, a parte que fica no município, porque estando do lado deste, o município pode gerir essa verba naquilo que é importante para os arouquenses, distribuindo por igual, seja na área social ou outras. Recorda que a sua intervenção deu azo a que dissessem que a câmara ficaria com o dinheiro dos arouquenses ou os arouquenses vão ter menos dinheiro porque a Câmara fica com 5%. Aparentemente isso já não é um problema, saudando essa visão de Óscar Brandão, ficando este valor junto das instituições que melhor podem fazer uso dele, e que mais justamente a poderão usar porque a poderão distribuir por todas as entidades, haverá apenas uma divergência quanto à instituição, mas que será resolvida. Diz ainda que mais tarde irá mesmo fazer uma pesquisa sobre a defesa que fez desse valor ficar para a Câmara. Diz ainda que quer apenas deixar um registo muito rápido sobre o sucesso daquilo que foi o primeiro concurso de ideias para o orçamento participativo, esta que é uma excelente forma de pôr as pessoas a conhecer melhor a atividade municipal

e a querer participar nelas. Dá os parabéns às propostas vencedoras, a quem as propôs, e ainda os parabéns a todos os que participaram e que dessa forma contribuíram para um concelho melhor. Elogia também a Câmara Municipal por ter aberto esta oportunidade, de ter introduzido esta verba no orçamento que já tinha sido pedida por várias pessoas na AM, quer do PS quer de outros, esperando que nos anos vindouros se possa alocar verbas ainda maiores. Faz ainda referência ao reconhecimento que foi efetuado pela Fundação Manuel António da Mota, áquilo que é o projeto agrícola, que é um projeto que escoa, em média, 16 toneladas de produtos horto frutícolas de produtores de Arouca. Foi uma ideia que tem crescido e tido sucesso, e que foi agora reconhecida a nível nacional por esta fundação, julga que ganhou o 3º lugar, dando os parabéns a quem nele participa. Manifestou ainda o enorme regozijo por ver o arranque das obras para o hotel no Mosteiro de Arouca, dizendo que é um investimento importantíssimo para o território, que permitirá alavancar o turismo que terá impacto quer no turismo, quer na criação de emprego. Diz que é um projeto que já foi várias vezes mal-amado, existindo mesmo um registo em ata de um elemento do PSD que disse que "ainda bem que o concurso para a pousada no convento ficou vazio", achando que, nos dias de hoje, já todos os elementos mudaram de opinião. Espera que as obras corram de forma célere e que rapidamente possa atrair mais gente para Arouca.----------

---------- Acaba fazendo referência ao orçamento e ao muito que se tem feito, mantendo a gestão das contas sempre como exemplares. Dizendo que, como todos sabem, a ordem dos contabilistas, todos os anos, em pareceria com o Tribunal de Contas lança o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, sendo este um documento que faz uma "radiografia" dentro de vários indicadores àquilo que são as contas e os rácios dos municípios, e que olhando para as contas de 2020, demonstra que o executivo de Arouca coloca rigor na gestão do dinheiro público, ao mesmo tempo que vai promovendo o desenvolvimento de Arouca. Este destaca três indicadores: o peso das despesas com o pessoal, Arouca é o 6º melhor classificado na sua categoria (média dimensão, cerca de 96 municípios), e a nível nacional é o 17º (de 308); melhor índice de dívida total, Arouca é o 35º a nível nacional e na sua categoria é o 6º; melhor passivo em função do número de habitantes, a nível nacional Arouca é o 16º. Considerando tudo o que se tem feito, há um sinal importante para todos. Há, no final, um ranking global, em que Arouca é o 29º dentro da sua categoria. Considera importante esta sua intervenção porque se vai discutir o orçamento nesta AM. Termina fazendo uma breve associação em nome do PS, e mesmo em nome do PSD, à nota de pesar da CM do falecimento do empresário Manuel Valério, dado que, como diz a nota de pesar, foi alguém profundamente comprometido com Arouca, com a preservação da sua história e do seu património, e que deixou uma marca no nosso território que perdurará para o futuro, querendo assim associar-se a esta nota de pesar.----------

30.12.2021

---------- O senhor Presidente da AM dá, de seguida, a palavra ao senhor Rui Vilar, que inicia a sua comunicação, cumprimentando todos os presentes, parabenizando o senhor Presidente da AM pela sua eleição livre, democrática e justa, representativa da AM e de todos os Arouquenses. Diz ainda que é uma honra enorme estar presente como senhor da AM, sendo que é a primeira vez que o faz.----------

---------- Falando sobre a intervenção de Afonso Portugal, diz que concorda por inteiro com as suas palavras sobre o que acha de uma eleição e também, que se formos falar com base em suposições, também pode alargar a sua intervenção ao facto da tentativa de coação e de compra de votos dos membros da AM, sendo que este comportamento é que é grave, da mesma forma, lembrando o acontecimento de 2017. Acaba dizendo que desafia todos os membros da AM a dizerem se forem coagidos ou se, como presidente do PSD, lhes foi pedido para tirarem alguma fotografia, concluindo dizendo que não recebe lições de democracia, liberdade de ninguém porque também não as gosta de dar. ----------

---------- Falando sobre a intervenção de Pedro Sousa quanto à questão do orçamento participativo, diz que é um instrumento que o PSD saúda, referindo ainda que já tinha sido uma proposta do PSD em 2017, mas, pegando neste tema como exemplo, recorda que viu uma cerimónia de entrega dos premiados e lamenta não ter visto o Presidente da Assembleia Municipal e os vereadores da oposição presentes, sendo este um comportamento que não é exceção, mas sim a regra. Lamenta ainda porque considera que não é uma atitude democrática, dizendo que o senhor Presidente da Assembleia Municipal é o representante máximo de todos os cidadãos arouquenses e, por isso, quer na entrega de prémios do orçamento participativo, quer na visita do senhor Secretário de Estado, e, por isso, deveria estar presente, e com o devido destaque. Diz ainda que faz das suas palavras as palavras da coligação "Agora os Arouquenses" que estão muito desagradados com este assunto, e com a exclusão que está a acontecer com o senhor Presidente da AM e vereadores da oposição. ----------

---------- Recorda ainda, diretamente a Pedro Sousa, que relativamente ao Hotel também podia recordar muito daquilo que foi dito em 2017 por elementos do PS, elementos esses presentes na assembleia municipal quando o PSD propôs um Hotel no Mosteiro. Há sempre formas de criticar o PS ou o PSD. -- ----------

---------- Dirigindo-se agora à senhora Presidente da Câmara, tem três questões: ----------

---------- O estado do Palácio da Justiça, Tribunal de Arouca. Diz que o PSD já em 2018 reuniu com o representante da Ordem dos Advogados em Arouca que relatou uma série de problemas que existem no funcionamento e no edifício, sendo as queixas e os alertas dados pelo PSD e seus vereadores recorrentes já desde há três anos. Dá o exemplo de que a funcionária da limpeza do tribunal não pode limpar a fachada atrás do BUPi (que foi inaugurado há pouco tempo pela Sra. Presidente da Câmara) porque a água cai

para ali. Pedindo que a senhora Presidente não lhe diga que a responsabilidade não é sua, dado que a responsabilidade de fazer pressão junto do poder central é da senhora Presidente, insistindo que já há vários anos isto é um problema e nada foi feito. Ainda hoje, em pleno Tribunal, as escadarias transformaram-se em sala de espera da Conservatória do Registo Civil/Predial, sendo este outro problema que tem de ser tratado, além dos funcionários que estão sobrecarregados, não se compreendendo como é que há mais de 3 anos que o tribunal de Arouca tem menos funcionários que os Tribunais de Castelo de Paiva e Vale de Cambra, quando esses tribunais têm muito menos processos que o Tribunal de Arouca. Acaba questionando o que é que a Ministra da Justiça e o Sr. Secretário de Estado disseram à senhora Presidente, como e quando é que a situação vai ser resolvida.----------

---------- O relatório da água de abril de 2021, que foi anunciado com pompa e circunstância, que custou 20.000€, e que dizia coisas muito importantes: as informações fundamentais que permitem ao sócio, ou seja, Município de Arouca, compreender com toda a clareza os pressupostos subjacentes à trajetória, tarifário e ao planeamento dos investimentos de gestão e operações do sistema de Arouca não foram dados de forma clara. Questiona assim, a senhora Presidente, se as Águas do Norte já fornecem estes indicadores de forma clara, e se sim, gostaria de ter acesso a eles. Pede ainda para saber o que foi feito, dizendo que foram levantadas várias questões por parte do relatório relativo ao acordo de parceria, uma delas que "Arouca poderia propor agenda para serem Ana Santiago Santiagolisados e deliberados pela comissão de parceria", e pergunta ainda se já alguma vez foi posto em agenda, por exemplo, o problema da tarifa. Diz ainda que está a fazer estas questões como representante dos arouquenses que precisam de respostas. Outra coisa que este relatório diz é que "podemos concertar as posições de Arouca com os restantes municípios, promovendo reuniões previas de preparação das reuniões da comissão de parceria", perguntado assim se já foi feito alguma coisa em relação a isto.----------

---------- Relativamente à transferência de competências, é sabido que esta está presente, que os municípios se estão todos a adaptar, mas já se percebeu que a senhora Presidente não gosta muito de passar competências aos Presidentes de Junta, e estes foram eleitos, e alguns com muitos votos e, por esse motivo, estão mais do que legitimados para assumir o compromisso. Percebe-se, por exemplo, pela questão do IRS, não querendo a senhora Presidente passar para eles a verba que a Câmara tem, e cada vez mais as Juntas de Freguesia têm menos dinheiro e menos poder. Colocando a questão do que é que está a ser feito pela Câmara Municipal para a questão da transferência de competências que aí vêm. -----

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção de Rui Vilar e dá, de seguida, palavra ao senhor Pedro Bastos. Este dirigindo-se à senhora Presidente questiona se é verdade que o Município de Arouca perdeu um voucher de 15 mil euros da Comissão Europeia para equipamentos e instalação do

sistema “Wi-fi” inserido na iniciativa wifi4EU? Sabe que esta lhe vai responder que “sim, mas” para efeitos de candidatura não era exigida qualquer documentação, a atribuição do voucher era efetuada por ordem de chegada até que se esgotasse a verba, na parte de operacionalização do voucher, verificou que afinal não estavam reunidas as condições para se prosseguir com o mesmo, a Câmara já havia implementado uma rede pública de acesso à internet nos principais locais públicos da sede do município e outros locais de interesse, através da iniciativa do Turismo de Portugal (Wi-Fi Arouca), e principais edifícios municipais por iniciativa própria, deveriam então ser mapeados outros pontos, de forma a não sobrepor o serviço, fora da sede de concelho, o que dificulta a execução e aumenta os custos de instalação e custos com fornecimento da largura de banda necessária durante o período de funcionamento do sistema (mínimo de 3 anos). Assim sendo, diz que reformula ou completa a pergunta no sentido de ser mais explicito, e questiona então se numa altura em que tanto se fala na descentralização, combate de assimetrias, coesão territorial e combate ao abandono das aldeias, e tendo a senhora Presidente, na última assembleia, referido que a rede de fibra abrange uma área considerável do Concelho, não parece mais sensato, oportuno ou até uma mais-valia, consultar o interesse de uma ou mais Juntas de Freguesia e, em conjunto com o município, juntar esforços para esta verba fuja, dotando um ou mais espaços públicos dessas freguesias com acesso gratuito à internet de alta qualidade?----------

---------- Passando para o próximo ponto diz que viu, ao longo de vários anos, que se fala da saúde, mas concretamente, os resultados não são aquilo que seria de esperar. Começando por congratular que, ao fim de muitos meses e em resultado da pressão, quer de políticos, civis, médicos, técnicos e auxiliares do SUB de Arouca, se conseguiu alterar e deu-se de novo dignidade ao espaço de triagem de doentes nas urgências. A triagem que era feita roubava a privacidade do doente, era um espaço partilhado pelo guiché de atendimento aos doentes, onde muitas vezes o doente expunha os seus problemas de foro íntimo ao enfermeiro, e a secretária ou o segurança, ouviam todos o que o doente transmitia ao enfermeiro que fazia a triagem. Felizmente há poucas sem o ponto de triagem passou para uma sala isolada, garantindo assim o direito à privacidade do doente, congratulando-se, mais uma vez, que a questão se tenha resolvido. Espera ainda que esta seja apenas o início das mudanças, considerando que ainda há muito para fazer e o Covid não pode ser justificação para tudo, como tem acontecido.----------

---------- Continua a sua intervenção dizendo que sabe que a Senhora Presidente tem tido várias reuniões com os responsáveis e, nesse sentido, gostava de deixar aqui algumas situações que deverão ser tratadas como prioritárias para bem da população de Arouca: o raio x, mais uma vez (segunda ou terceira vez este ano) encontra-se avariado, sendo que fica mais tempo à espera de conserto do que a trabalhar. Diz ainda que é sabido que a falta deste equipamento é sinónimo de transferência para a unidade central

H. S. Sebastião, em Santa Maria da Feira, de todos os doentes de trauma e não só, sobrecarregando ou mesmo desguarnecendo as equipas de socorro que deixam de estar disponíveis para outras urgências. Concluindo que é urgente lutar para que este equipamento seja substituído por um novo, pois o que ainda está presente, mas avariado, estará obsoleto pela idade, terá por volta de 30 anos. Continua dizendo que as consultas programadas no médico de família estarão com uma espera, em alguns casos, superior a 3 meses, o que levará os utentes a procurar as escassas consultas abertas. Levando, esta situação, a que a população se desloque para aquela unidade de saúde de madrugada (pelas 5h da manhã) quer esteja chuva ou frio na esperança de conseguir uma vaga para as ditas consultas abertas e, por vezes, só à terceira ou quarta tentativa é que conseguem arranjar consulta. Questiona se algum dos presentes na AM já tentou ligar, durante o dia, para o SUB de Arouca e se foram atendidos. Foi informado por vários munícipes sobre esta questão, por isso, testou o exercício de ligar durante uma semana todos os dias, por vezes mais do que uma vez por dia, e o resultado é que, infelizmente, não conseguiu ser atendido nenhuma destas vezes. Considera que poderá ter sido apenas uma coincidência, mas diz que tem recebido muitas queixas exatamente com o mesmo problema. Diz ainda que Autarquia tem estado a colaborar com a Saúde no que respeita à vacinação contra o Covid, mas considera que esta acabou por prejudicar a população dos lugares e aldeias mais afastados do centro onde, por vezes, o único meio de transporte que têm é o autocarro escolar à semana. Considera que se na primeira vaga de vacinação era necessário acelerar a vacinação e, por isso, justificava-se a forma e os meios empregues, na segunda vaga, não compreende o motivo de não se ter feito vacinação à semana, conforme aconteceu nos conselhos vizinhos evitando, desta forma, que a população das aldeias fosse obrigada a pedir favores a terceiros ou mesmo pagar a um táxi. Infelizmente para todos, o processo não vai terminar tão rápido quanto seria desejável e, nesse sentido, pede que a senhora Presidente pressione a entidade de saúde a abrir a vacinação à semana (nem que seja em número reduzido e por marcação (pois antes do Covid já se vacinava para a gripe à semana).----------

---------- Relativamente ao território inclusivo, quis apenas alertar a senhora Presidente para a limpeza das casas de banho do centro urbano, esclarecendo que uma das únicas, senão mesmo a única, casa de banho para deficientes motores que existe é no espaço da Feira, e esta está há meses fechada e sem estar em funcionamento, dizendo ainda que não vale a pena ser gasto tanto dinheiro em obras para melhorar as acessibilidades se depois temos os espaços destinados a estes fechados. ----------

---------- O senhor Presidente da Assembleia Municipal, de seguida, deu a palavra a Senhor Artur Miler que começa por falar da perda da vice-presidência da Área Metropolitana do Porto por parte da senhora Presidente. Refere que o Conselho Metropolitano do Porto é o órgão deliberativo constituído pelos 17 Presidentes das Câmaras Municipais da Área Metropolitana do Porto (AMP), tendo uma Direção

da qual figuram 1 Presidente e 2 Vice-Presidentes. No mandato de 2017 a 2021, a senhora Presidente da Câmara de Arouca foi eleita pelos seus pares como Vice-Presidente, um facto que mereceu, aliás como mereceram os arouquenses eleitos para funções relevantes, o aplauso e a predisposição para ajudar a trazer os maiores benefícios da referida eleição para o concelho de Arouca. Na altura, a eleição e respetiva expectativa ficaram espelhadas nas afirmações da senhora Presidente que referiu "Arouca tem vindo a assumir uma cada vez maior relevância a nível regional e a assunção da vice-presidência de uma estrutura com a relevância da AMP é mais uma prova dessa importância". ----------

---------- A peça jornalística de um órgão de comunicação social local referiu ainda que, na altura recém-eleita vice-presidente da AMP, Margarida Belém, se mostrou muito honrada por poder contribuir para a consolidação de Arouca no contexto regional e para o desenvolvimento e afirmação daquela que é a sub-região com maior relevo no contexto da região Norte de Portugal. Assim, com um novo mandato e a não reeleição enquanto vice-presidente da AMP, deixou algumas dúvidas que considera que devem ser esclarecidas: Findo o mandato de 4 anos, questiona a senhora Presidente de quais os benefícios para Arouca e para os Arouquenses da passagem desta como vice-presidente da AMP, tendo em conta as expetativas criadas e as declarações atrás proferidas. Questiona ainda se a perda da vice-presidência por parte da senhora Presidente pode ser considerada um revés dessa importância concedida a si e, consequentemente, ao município no âmbito da referida relevância regional que almejava concretizar. E por fim, questiona ainda e, após consulta da ata de reunião de câmara, para justificar a sua ausência na referida reunião, se a senhora Presidente poderia elucidar sobre os motivos. E se considera ou não se seria benéfico haver também notícia para dar nota dos objetivos da Presidente da CMA enquanto membro do Conselho Metropolitano para este novo mandato. Reconhece que os tempos de pandemia que ainda se vive dificultam a vida dos munícipes e trazem mais exigência aos autarcas eleitos. ----------

---------- Relativamente ao tema da saúde, Artur Miler diz que a Lei n.º 50/2018 de 16 de Agosto, estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais. Diz ainda que, no âmbito da saúde, a 2 de Dezembro, o município anunciou na sua página e redes sociais que Arouca irá dispor de uma Estratégia Municipal de Saúde, como mencionou a senhora Presidente na AM no período destinado aos munícipes, tendo para isso reportado o arranque dos trabalhos de preparação do documento estratégico na Biblioteca Municipal de Arouca, numa sessão que contou com a presença da senhora Presidente, do diretor do ACES Feira/Arouca, António Alves, bem como um vasto grupo de trabalho composto por representantes de entidades locais. Questiona assim se a senhora Presidente não considera que os autarcas eleitos deveriam ter sido convidados a assistir e poderem, também eles, dar o seu contributo, por forma a robustecer o desígnio de ser um documento desenvolvido

em estreita colaboração com a comunidade local, como refere o executivo municipal. E ainda, relativamente aos anseios dos munícipes das freguesias de Chave e Rossas, questiona a senhora Presidente se esta pode informar se ficou concretizada a pretensão.----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção de Artur Miler e dá a palavra ao Presidente da Junta de Mansores que diz ter estado presente no Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, e que foi uma honra estar presente no Congresso. Diz que foram dois dias intensos e produtivos e que deu para retirar bastantes ilações. Deu nota de algumas das preocupações de que se falaram no Congresso, nomeadamente, a transferência de competências que entrará em vigor no dia 1 de abril; as verbas, as acessibilidades, os investimentos a nível de saneamento, a própria atribuição de verbas pelos municípios para que as pessoas tenham outra qualidade de vida, a descentralização. Algumas das frases fortes faladas no Congresso foram: "não devemos ter medo", "a nossa principal causa não são os partidos são as pessoas", "devemos lutar sempre pelos munícipes e pela sua qualidade de vida", "não pensemos na cor partidária e sim nas pessoas", "as pessoas são o nosso foco, e não a cegueira partidária". Diz ainda que cada vez mais é preciso pensar nas pessoas e estas é que devem ser o foco, não interessando as cores partidárias, independentemente de nunca ser possível agradar a todos.----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção do Presidente da Junta de Mansores e dá a palavra ao Presidente da Junta de Santa Eulália, o senhor Hélio Soares. Este começa por fazer uma chamada de atenção e falar sobre um ofício que foi enviado no dia 4 de dezembro sobre um perigo de derrocada numa estrada municipal no Lugar dos Chãos. Refere que este perigo já tem vindo a ser reportado desde 2018, e considera que é uma situação urgente, dizendo ainda que é uma estrada onde transitavam, em tempos, camiões, e que já houve sinalização para que estes pesados não circulassem ali, mas estes não a respeitavam. A zona está muito degrada e considera que é urgente a intervenção para que não aconteça nenhuma tragédia. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção do senhor Hélio Soares e dá a palavra à senhora Fátima Pinho que referindo-se à proposta de orçamento para 2022, pede que as suas questões sejam esclarecidas com objetividade, dirigindo-se à senhora Presidente da Câmara, pedindo mesmo que esta não responda com a resposta óbvia e frequente de que "a juventude é transversal a todas as áreas", comparando esta frase à mesma coisa que dizer que "a juventude arouquense não é uma prioridade". Continua a sua intervenção dizendo que a cada dois dias sai de Arouca uma pessoa, e na sua maioria jovens, não podendo o município continuar a escusar-se de dar respostas às novas gerações, respostas estas no emprego jovem, na saúde, na habitação, educação e cultura para a retenção de capital humano no município. Diz ainda que olhando para a proposta de orçamento apresentada não é possível identificar

a verba direcionada para a juventude. Pede ainda que a senhora Presidente a esclareça se há ou não uma verba própria para a área da juventude no orçamento, se sim, qual é o seu valor. Refere ainda que a senhora Presidente da Câmara prometeu "mundos e fundos" há alguns meses atrás e que agora continua a adiar a juventude. Pede, novamente, que lhe seja explicado onde está a área do orçamento para a juventude e ainda que seja esclarecido o ponto de situação da Escola Básica e Secundária de Escariz que sofreu infiltrações em setembro passado, dizendo ainda que os alunos da escola continuam a ter aulas em contentores, questionando quando vai ser resolvido o problema, e que encargos tem ou terá para as contas do município o contrato anterior. ----------

---------- Despede-se pedindo que as suas questões sejam esclarecidas com clareza. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção dá a palavra à senhora Alda Portugal. --

---------- A senhora Alda Portugal, pergunta pelo ponto da situação do "Geobikes", dizendo que em 2009 foi um serviço de aluguer de bicicletas que a Associação Geopark de Arouca lançou, tendo tido um bom acolhimento, e que sabe que os locais em que se encontram disponíveis estas 15 bicicletas são a Casa das Pedras Parideiras e a Loja Interativa de Turismo. Questiona o balanço da sua utilização, uma vez que em termos de informação municipal não existe nenhuma referência a este projeto e pergunta ainda se está previsto algum alargamento de disponibilidade do equipamento, número e lugar de entrega, e se sim, pergunta onde e para quando. Aproveita para dar uma sugestão: a disponibilização deste tipo de serviço com bicicletas elétricas, como já ocorre em alguns municípios. ----------

---------- Relativamente à taxa de resíduos, diz que no ano transato o custo com o tratamento com resíduos sólidos urbanos foi na ordem dos 600 mil euros, e as receitas foram cerca de 270 mil euros, o que significa que as receitas cobrem apenas 45% dos serviços de recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Assim, há um défice na ordem dos 330 mil euros que são suportados pela Câmara Municipal. Questiona a que se deve este défice, o qual o município apenas consegue arrecadar menos de 50% do seu custo, pedindo que seja explicado como é feita esta gestão. ----------

---------- Relativamente ao Parque de Campismo do Merujal – Serra da Freita, olhando ao nosso concelho em termos da Rede Natura e da própria área de envolvência, a natureza é um privilégio, e portanto, o parque de campismo também deve ser um mote prioritário das intervenções. Diz que a intervenção neste parque já é um projeto de 2016, em que estava prevista a expansão e a reabilitação, na documentação da prestação de contas de 2017 está presente um grau de execução de 0%, na prestação de contas de 2018 existe um grau de execução de menos de 3%, em 2019 houve a não aprovação da candidatura no Portugal 20/20 no âmbito do Programa Norte 2020 – Linha de apoio ao turismo no valor de 467 mil euros. A questão voltou a reunião da Câmara Municipal, foi deliberado contratar a referida

empreitada, ficando cerca de 280 mil euros através de concurso público. Diz que os vereadores do PSD votaram contra, e a seu ver bem. Pergunta qual a razão da alteração substancial do montante a investir no parque de campismo? Temos um abrandamento de mais de 50%, questionando se este novo valor soluciona a degradação existente nas instalações. E, por último, questiona se o campismo não merece uma estratégia integrada de intervenção municipal. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção de Alda Portugal, e tendo em conta que todos os inscritos fizeram as suas intervenções, passa a palavra à senhora Presidente de Câmara para prestar os esclarecimentos que entender convenientes relativamente às intervenções acabadas de ouvir. -

---------- A senhora Presidente começa por responder ao senhor Óscar Brandão, dizendo que considera que há alguma confusão relativamente à questão da taxa do IRS, porque aquilo que foi proposto e que foi reprovado pelo PS foi a distribuição de dois pontos percentuais do IRS do valor apurado, e esse valor do orçamento de 2021 era de 535239 euros, o que corresponderia a 214 095,06 euros, que representaria um aumento de 50% de verbas a transferir para as Juntas de Freguesia. Diz ainda que quando faz a referência à área social, porque a proposta do PSD remete para a moção que foi aprovada na AM e, portanto, remetendo para esta que dava nota da afetação daquela verba para área social, por isso, está pressuposto a transferência das verbas para aplicação na área social, mais concretamente no apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, sendo que esta competência não é das Juntas de Freguesia. Diz ainda que o orçamento deve ter os princípios fundamentais da não consignação, só é possível consignar receita quando há fundos comunitários afetos já e aprovados, portanto a consignação não é possível, dizendo mesmo que o orçamento fala de receita consignada com outro fim, ou seja, a fundos comunitários, e esta receita está consignada à despesa por imposição legal. Responde à pergunta colocada dizendo que a Lei é a Lei 33/2003 das Autarquias Locais, o art. 3º, sendo esta a fundamentação. ----------

---------- Quanto à questão dos ajustes diretos, diz que a maior parte das despesas são feitas de pequenas despesas por ajuste direto, como é o caso de canetas ou papel.----------

---------- Quanto ao senhor Pedro Sousa, agradece a referência aos projetos. Querendo dar uma nota do mosteiro – Museu de Arte Sacra, dizendo que no início do ano vai ser celebrado entre três entidades - Direção Regional da Cultura, o Município de Arouca e a Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda - um acordo de cooperação para a garantia de uma melhor gestão, uso e qualificação dos serviços do âmbito do mosteiro de Arouca.----------

---------- Quanto ao senhor Rui Vilar e quanto à questão do orçamento participativo – exclusão do senhor Presidente da AM e demais vereadores – pede desculpa se existiu um lapso, dizendo que têm

procurado convidar o senhor Presidente da AM e demais vereadores para as cerimónias. Diz que a exclusão não corresponde à verdade e pede para que não se faça um caso porque ele não existe. ---------

---------- Quanto à questão do Palácio da Justiça, a senhora Presidente diz que deve haver uma desatenção, por parte da oposição, porque o município tem feito tudo no sentido de solucionar estas situações, para além da sensibilização da Ministra e do Delegado Administrativo Judicial do Distrito e, portanto, tem feito chamadas de atenção para a realização das obras, já tendo mesmo sido referido em reunião de Câmara. Realça ainda que foram os serviços técnicos do município que ajudaram a fazer o levantamento das necessidades em termos estruturais do Palácio da Justiça para agilizar uma eventual intervenção. Acrescenta que o município está a fazer o seu papel, pedindo que cada um dos elementos perceba quais as competências e as funções do município. Considera que a AM pode reforçar o que tem sido a posição do executivo relativamente a esta matéria. Diz também que o município disponibilizou um edifício de apoio para funcionarem as sessões do tribunal quando seja necessário porque o mesmo não está em condições. Tem a informação de que no próximo ano a intervenção será feita, mas não existe nada por escrito. ----------

---------- Quanto à questão da água, refere que várias vezes foi referido que foram muitos dados solicitados às Águas do Norte, alguns tardiamente entregues e outros que acabaram por não chegar, e por isso, houve dificuldade na conclusão do relatório. Houve, recentemente, uma reunião da parceria, mas recorda a Sra. Presidente que já fizeram duas reuniões, com os presidentes, para serem discutidas as questões que não estão a correr tão bem quanto era expectável. Em relação ao preço da água, ampliação da rede de saneamento de água, a melhoria dos serviços, e a exigência de um plano de financiamento anual e operacional municipal, tudo isto são questões que têm vindo a ser referidas, inclusivamente foram vários os ofícios no âmbito do relatório a solicitar os documentos e uma auditoria externa.----------

---------- Quanto à questão da transferência de competências, a senhora Presidente diz que o senhor Rui Vilar deve estar equivocado porque a própria gosta de partilhar e distribuir competências. Dizendo ainda que esta partilha deve ser feita com respetivo pacote financeiro, sendo esta uma relação que se constrói, e os Presidentes da Junta de Freguesias sabem-no, até porque foi feita uma reunião com estes para esta transferência e alguns destes marcaram a sua posição de não aceitação. Diz ainda que durante o ano haverá uma reunião para chegarem a acordo, desenvolvendo a partilha de competências, isto porque há competências que o município tem de reservar para si. As outras competências que o município vai receber, vão ser difíceis, nesta fase de transição, de serem executadas, mas isto é uma imposição, por isso, vai ter de haver uma adaptação com as Comissões de Acompanhamento. ----------

---------- Quanto ao senhor Pedro Bastos, a senhora Presidente diz que não houve uma perda de voucher (15 000€). O município, na altura em que concorreu para o Wi-Fi da União Europeia também concorreu para a linha de apoio do Turismo Portugal e esta linha permitiu infraestruturar os principais edifícios municipais, bem como outros locais de interesse: a Praça do Município, a Câmara, o Parque Municipal, o Terreiro, o Museu Municipal, a Loja Interativa de Turismo, o Largo de Escariz, o Largo de Alvarenga, a entrada dos Passadiços do Paiva na Espiunca e Alameda. Portanto, o voucher de 15.000€ vinha sobrepor-se ao que já estava realizado, e por isso, considerou que não havia tempo, de acordo com o cumprimento das regras definidas e para a documentação exigida, para identificar outros locais. Refere que vão haver novas candidaturas e que o município não perde uma oportunidade de fundos comunitários.

---------- Quanto à questão da saúde, a senhora Presidente diz que apesar do município ainda não ter assumido as competências na área da saúde, já está a fazer muito neste campo. Esta pandemia veio por a nu as fragilidades e o que há para melhorar – o Raio X avariou três vezes, o aparelho é velho e vai ter de ser reparado muitas vezes, é um aparelho que cada arranjo anda à volta dos 20.000€, e um novo custa cerca de 100.000€. Considera que é lamentável que estejamos nesta situação, e afirmou perante o senhor Presidente da ARS-Norte que se fosse preciso o município adquiria um Raio X para ter ao serviço dos munícipes, dizendo ainda que o município está a fazer tudo o que está ao seu alcance. Quanto às linhas de telefone, a Sra. Presidente diz que existe uma nova central telefónica, e que está já a funcionar. -------

---------- Quanto ao WC inclusivo, não existe um, existem vários, e diz que não sabe a razão para aquele WC inclusivo estar fechado, mas afirma que existem outros como o do Parque, o que está junto à ADRIMAG e o que está junto à Central de Camionagem. ----------

---------- Quanto à vacinação, a senhora Presidente diz que o município tem desde a primeira hora afetos técnicos, e disponibilizou os meios necessários para a vacinação durante a semana e ao fim de semana, dizendo que foi uma opção do ACES-Feira-Arouca que a vacinação se faça apenas ao fim de semana para que se pudesse garantir os outros serviços. Acrescenta ainda que o município apenas disponibiliza os meios necessários para agilizar e garantir que a saúde dos arouquenses esteja em primeiro lugar. ------- ----------

---------- Quanto ao senhor Artur Miler, a senhora Presidente pede para não fazer um caso político na questão do Conselho Metropolitano do Porto, pois continua a fazer parte do Conselho, dizendo ainda que não foi só a senhora Presidente a não continuar na comissão. Retifica ainda que a senhora Presidente não esteve ausente da reunião, apenas se atrasou porque teve um furo. Termina, dizendo que a Presidente Margarida Belém vai sempre zelar pelos arouquenses junto do Conselho Metropolitano do Porto. --------

---------- Quanto à Estratégia Municipal de Saúde, a senhora Presidente diz que esta foi iniciada publicamente naquele dia, que é um processo participativo, os principais players da comunidade estiveram na sessão, e mesmo os Presidentes de Junta foram convidados a estar, porque são elementos fundamentais na proximidade e na execução deste plano. Diz que o que referiu é que as Unidades de Saúde de Chave e Rossas vão continuar abertas e assim que for possível, por parte do ACES, irá ser assegurado o respetivo funcionamento e o município está a fazer tudo para que isso seja o mais breve possível. ---- ----------

---------- Quanto ao Presidente da Junta de Mansores, o senhor Jorge Oliveira, a senhora Presidente diz que é fundamental aquilo que vincou e que falou, concordando com o facto de que efetivamente as pessoas são mais importantes que os partidos, mas tudo é importante, porque mesmo os partidos são feitos de pessoas e para as pessoas. ----------

---------- Quanto ao Presidente da Junta de Santa Eulália, o senhor Hélio Soares, e quanto à questão que refere, a mesma diz que os serviços e o vereador vão verificar a situação. ----------

---------- Quanto à senhora Fátima Pinho, a senhora Presidente diz que as questões da juventude são transversais em todas as políticas, não havendo um eixo específico para estas. Mas o município criou, por exemplo, o Conselho Municipal da Juventude, e tem reunido, outro exemplo, é o CI3 que está a funcionar em pleno, repleto, com jovens (dando nota ainda de que uma das empresas da CI3 está a trabalhar com um grau elevado e que está a concorrer para um dos lotes disponíveis na Zona Industrial do Centro de Negócios de Escariz). Diz ainda que as políticas de juventude estão na educação, na área social, na saúde, no desporto, todas as infraestruturas e tudo o que o município faz é a pensar nos jovens e nos menos jovens, nos munícipes. Sugere ainda que todos os contributos sejam enviados para a Assembleia Municipal Jovem.----------

---------- Quanto ao ponto de situação da Escola Básica de Escariz, a senhora Presidente esclarece que já deu nota de que foram vários os problemas associados ao empreiteiro, as infiltrações que se verificaram na escola fruto da retirada do amianto, e tiveram de, num fim de semana, montar uma segunda escola. Já foram feitas várias vistorias, inclusive com o Delegado Regional da Educação, para prever prejuízos futuros que têm que ser assumidos pelo Ministério da Educação. Diz ainda que os contentores vão ser levantados no dia 2 (de janeiro) e, portanto, o regresso às aulas vai ser feito com a normalidade que se pretende e que é desejável. ----------

---------- Relativamente à questão da senhora Alda Portugal, a senhora Presidente diz que o projeto Geobike não tem tido o sucesso esperado, mas tem sido utilizado. É um projeto interessante que promove a mobilidade sustentável e que permite ter meios à disposição para quem visita Arouca, e mesmo para os

residentes. Diz ainda que estão ainda a avaliar uma possível evolução deste projeto, que é um projeto do Arouca-Unesco-Geopark. ----------

---------- Quanto à taxa de resíduos, refere que há um défice, mas questiona se, o que sugere Alda Portugal, é que este défice seja aplicado de imediato ao munícipe. Diz ainda que esta é uma taxa muito penalizadora e que a receita desta gestão de resíduos só cobre cerca de 45% da despesa e, portanto, é preciso avaliar a situação de como diluir ou passar para o munícipe.----------

---------- Quanto ao parque de campismo, a senhora Presidente diz que existe um projeto para este, é um projeto com uma estimativa orçamental de 1 milhão e quatrocentos mil euros e não de setecentos mil euros como foi referido, o projeto não foi financiado e, por isso, o município reconhece que há intervenções que são mais necessárias e mais urgentes. Diz ainda que há um orçamento que tem de ser usado e gerido, que tem uma receita que é certa e, portanto, é preciso efetuar despesa em função da receita. Foi avançado uma parte que é o serviço de autocaravanas e a reparação dos sanitários. Diz ainda que é um projeto para o qual se vai procurar financiamento. ----------

---------- Respondidas todas as questões, o senhor Presidente da AM agradece as respostas dadas pela senhora Presidente tendo, de seguida, pedido a palavra os senhores Rui Vilar, Artur Miler e Alda Portugal para esclarecimentos. ----------

---------- O senhor Presidente da AM concedeu a palavra ao senhor Rui Vilar, para esclarecimentos, referindo não ter faltado ao respeito a ninguém e que não dá lições de respeito a ninguém, mas que também não aceita que ninguém diga outra coisa, alegando que se trata apenas de um debate político, de oposição, afirmando que é para isso que todos os senhores foram eleitos. Diz ainda que a senhora Presidente fez apenas pseudo-esclarecimentos, não fazendo um concreto esclarecimento de nada do que lhe foi pedido. Saudando a senhora Presidente por ter assumido o erro da ausência de convites para a cerimónia do orçamento participativo, relativamente à outra cerimónia diz que não se referiu a uma ausência de convites, mas sim ao destaque que tem de ser dado institucionalmente ao senhor Presidente da AM e aos senhores vereadores, inclusive quando há, por exemplo, distribuição de prendas pelas IPSS, questionado a senhora Presidente pela ausência de convite aos vereadores nestas situações. ----------

---------- Relativamente ao tribunal, pede prazos concretos, dizendo que o tribunal está num estado lastimável. - ----------

---------- Em relação ao assunto da água, e às reuniões já feitas, pede respostas concretas e o que efetivamente já foi feito, perguntando ainda se houve alguma tarifa congelada em 2021 relativamente à tarifa da água ou saneamento. ----------

---------- No que respeita aos Presidentes de Junta e ao protocolo, considera que faz todo o sentido construir uma relação, mas se a senhora Presidente já está na Câmara Municipal há 12 anos este já será tempo suficiente para construir essa mesma relação, e coloca ainda a possibilidade de ser aprovado o protocolo que os Presidentes de Junta trouxeram há 3 ou 4 anos para uma relação mais próxima e com delegação de algumas competências, sempre de acordo com a lei, e com a devida fiscalização da Câmara.
---------- Relativamente à juventude, diz que recentemente Arouca teve a visita de um senhor da Assembleia da República a uma escola em Escariz para uma sessão do parlamento de jovens e não esteve presente nenhum elemento da Assembleia Municipal. ----------
---------- Quanto ao parque de campismo, diz que não está surpreendido pela senhora Presidente ter um projeto para o mesmo, porque a Câmara tem sempre projetos para tudo o que é proposto, mas acrescenta que os arouquenses já estão fartos dos projetos, querem é ver obra e as coisas resolvidas, quer o parque de campismo quer o tribunal, quer muitas outras coisas. ----------
---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção e dá a palavra ao senhor Artur Miler para esclarecimentos. Este começa por dizer que das três perguntas que fez na sua intervenção a senhora Presidente não lhe respondeu a nenhuma. Diz ainda que todas as informações que deu acerca do Conselho Metropolitano do Porto e da relação com a senhora Presidente foi o que leu na imprensa e deixou isso bem claro na sua intervenção, alegando que apenas quer ser esclarecido na AM, e que considera até que é uma questão muito pertinente. Diz ainda que a explicação que a senhora Presidente deu foi boa e esclareceu a questão, mas continua a querer saber quais os benefícios para os arouquenses da passagem da senhora Presidente como Vice-Presidente do Conselho Metropolitano do Porto, e ainda no âmbito do novo mandato quais são os objetivos. ----------
---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção e dá a palavra à senhora Alda Portugal que começa dizendo que é de bom tom para todos os presentes no exercício de cargos públicos e políticos não retirar ilações de questões que são formuladas, considera que é um mau exercício democrático, as questões são factuais e as respostas também o devem ser de acordo com os fundamentos que sejam entendidos como corretos. Continua dizendo que o senhor Rui Vilar já abordou a questão do parque de campismo e quer apenas frisar que ainda há pouco tempo trouxe visitas e ficou envergonhada com o postal que ofereceu, porque o parque de campismo estava sem bar, sem restauração, com janelas completamente sujas e essas visitas questionaram se Arouca não estava no Geopark, se Arouca não era mesmo uma referência mundial. ----------
---------- O senhor Presidente da AM agradeceu a intervenção e dá a palavra à senhora Presidente para responder a estas intervenções, se for do seu interesse. ----------

30.12.2021

---------- A senhora Presidente começa por dar nota que sem projetos não há obras e, portanto, a questão do tribunal, a informação que a senhora Presidente tem é que a obra se irá realizar no próximo ano. --------- ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece os esclarecimentos da senhora Presidente, avançando para o período da ordem do dia.----------

---------- **3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA: ----------**

---------- 3.1 – PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS: -

---------- Em relação a este ponto o senhor Presidente da AM concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que informou que iria solicitar à equipa da câmara, nomeadamente aos Engenheiros Ana Santiago e Rui Quaresma do Gabinete Técnico Florestal, para fazer uma breve apresentação do plano, os quais fizeram a respetiva apresentação.----------

---------- A senhora Presidente da Câmara vincou a publicação de um documento, com a data de hoje, que abre a possibilidade de se fazerem algumas atualizações e ajustamentos a este plano se o mesmo for aprovado. -- ----------

---------- A apresentação foi dividida em duas partes, em que uma delas foi apresentada pelo Engenheiro Rui Quaresma daquele Gabinete e a segunda parte foi feita pela Engenheira Ana Santiago. -

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção deste Gabinete e dá a possibilidade à senhora Presidente de acrescentar algo mais sobre o tema.----------

---------- A senhora Presidente toma a palavra e diz que gostava apenas de vincar que é uma possibilidade, ou melhor, uma realidade agora que este plano possa sofrer atualizações e ajustamentos se for, mais tarde, do entendimento da AM, mas isto apenas acontece se o plano for aprovado, caso isto não aconteça, o regime será o da nova lei que traz muitas incertezas e que não tem os subprogramas, o programa sub-regional e municipal ainda definido.----------

---------- O senhor Presidente da AM abre as inscrições para a intervenção sobre este tema. Inscrevem-se os senhores Afonso Portugal, Artur Miler, Luís Almeida, Pedro Sousa, Óscar Brandão e Pedro Bastos.

---------- O senhor Afonso Portugal começa por dizer que as suas questões se dirigem aos técnicos que fizeram a apresentação do plano. Diz que Arouca tem cerca de 85% de área florestal e questiona qual é a percentagem, destes 85%, que está englobada nas faixas de proteção. Diz ainda que o Engenheiro Pedro Quaresma fez um conjunto de observações e gostava de saber quais, destas observações, foram consideradas numa possível alteração do que estava feito anteriormente. Pede esclarecimentos para poder votar em consciência. Questiona ainda se havia ou não possibilidade de reduzir faixas, sem atropelar a lei ou regulamento, de modo a "poupar" a floresta. Pretende ainda saber se houve a preocupação de reduzir,

ou melhor, considerar *in loco* aquilo que são áreas de eucaliptos, de pinheiros-bravos, carvalhos, castanheiros, plátanos e todas essas árvores que existem no concelho, e se está manifesto no plano esta diferença de tipos de árvores, no sentido de ficar prevenidas. Outra questão que coloca é a da obrigatoriedade que se impõe aos proprietários de cortar ou limpar os seus terrenos todos os anos, enquanto para as outras entidades: Câmara, EDP, etc., só o devem fazer de três em três anos. Gostava ainda de saber qual o orçamento que é afeto à Câmara e qual o orçamento afeto aos proprietários em geral. -------- ----------

---------- O Presidente da AM agradece a intervenção e dá a palavra ao senhor Artur Miler. ----------

---------- O senhor Artur Miler começa por dizer que o Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios é mais um exemplo da falta de cultura democrática (já aqui referida) e de respeito pelos autarcas eleitos quer na Câmara Municipal, quer nesta Assembleia Municipal. Dizendo mesmo que não será demais relembrar o tardio envio de tão extenso e determinante documento para análise dos autarcas deste órgão. As intervenções que ouvimos dos munícipes que usaram da palavra para se referirem ao documento demonstram que, ao contrário do proclamado pelo executivo, não se teve em conta as populações nem sequer as características específicas do nosso território. Questiona se não seria aconselhável discutir este documento de uma forma construtiva, olhando com especial cuidado para as especificidades do nosso território, não precisando de realizar este documento sem o mínimo de planeamento ou análise crítica do território, que traça restrições "a regra e esquadro" como referido pelo Engenheiro Pedro Quaresma da Direção da Associação Florestal de Entre Douro e Vouga. ----------

---------- A 5 de Setembro, Arouca havia sido notícia por ser uma das 59 Câmaras Municipais que não tinham um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios em vigor ou atualizado. Apenas a 25 de novembro foi anunciado que o documento se encontrava em consulta pública até 17 de dezembro, dizendo que desconfia se é colocada esta versão final com a pressão de conseguir com que tenha um documento pronto de forma a cumprir os prazos estabelecidos e não correr o risco de perder verbas. Diz ainda que se nota algum desconforto da senhora Presidente, dando a entender que o documento não está bom, como se viu pela última intervenção, solicitando ainda a Pedro Quaresma alguns contributos para melhoria do documento, concluindo assim que o documento não está bom. ----------

---------- Diz ainda que como refere, e bem, Celso Portugal no seu artigo no Jornal Discurso Directo, este plano trata-se de "um documento irrealista que servirá apenas para cumprir obrigações do Município ao nível da necessidade da atribuição de verbas por parte do poder central. Irrealista na sua componente de execução ao nível das implicações para os produtores florestais, que não suportarão os custos do

cumprimento da Lei e que a mesma trata, implicitamente, como se fossem eles os responsáveis pelos fogos florestais."----------

---------- Assim sendo, diz o senhor Artur Miler, que não pode deixar de acompanhar o sentido de voto dos vereadores da Coligação Agora os Arouquenses e reafirma que irá votar contra pois considera que este documento não se adequa às características físicas e humanas do território arouquense, limitando-se este a apresentar medidas excessivas, contundentes, irrealistas e inexequíveis na implementação de faixas de combustão. Sendo estas medidas insustentáveis que não valorizam a floresta, o território e os Arouquenses. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção e dá a palavra ao senhor Luís Almeida.

---------- O senhor Luís Almeida começa por cumprimentar todos os presentes e faz o pedido de colocar uma luz no púlpito para quem vai falar. Dá ainda os parabéns aos colaboradores pela apresentação do projeto, e refere que a oportunidade podia ter sido dada a Pedro Quaresma em representação da Associação Florestal, porque o contributo que deram foi importante, mas o documento já estava na posse dos membros da AM, estes não tinham era acesso à informação dada pela outra parte.----------

---------- Em relação ao tema, pede apenas o esclarecimento e resposta a algumas questões. Questiona quais a área, em hectares, dos baldios do concelho, pergunta também quais as áreas de responsabilidade do ICNF nesses baldios, e em relação às áreas que não são do ICNF, questiona quem são as entidades responsáveis pela sua gestão. Questiona ainda se o plano quantifica o número de ocorrências de incêndios em área de baldio e pergunta ainda o que tem feito o município para promover e apoiar os produtores florestais que optam por espécies autóctones mais resistentes ao fogo, porque tendo em conta a consulta do documento, foi verificado que a floresta concelhia é uma monocultura de eucalipto. Acaba fazendo um apelo aos Presidentes de Junta, porque não existe nenhuma freguesia que não tenha floresta em Arouca, que tenham consciência do que estão a fazer aos proprietários florestais.----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção do senhor Luís Almeida e dá a palavra ao senhor Pedro Sousa.----------

---------- O senhor Pedro Sousa junta-se ao senhor Luís Almeida no pedido da luz para o púlpito, e começa por dizer que este é um tema muito específico e que não é um tema que domine e, por isso, será uma intervenção/comentário mais generalista. Diz que ouviu com muito interesse a intervenção do Engenheiro Pedro Quaresma e percebeu os seus argumentos, e que foram contrariados, na Comissão, por pareceres de outros técnicos na elaboração posterior do plano. Considera que está no meio de duas partes entendidas na matéria com duas visões diferentes, e se calhar, até inconciliáveis, mas aproveitando a legislação que saiu no dia, questiona se será possível chegar a meio termo para ambas as partes.----------

---------- Considera que o ponto prévio da questão é que o plano existe porque a lei o exige, e sendo assim, acredita que o município de Arouca e a AM não podem incumprir na lei. Diz que infelizmente é consensual que a lei não reflete nem reconhece a realidade no terreno, não sendo este um plano que altera muito o que vem no passado. Na AM a questão da lei ser desadequada já foi falada, recorda Pedro Sousa a intervenção de Afonso Portugal no final do ano de 2019 – intervenção sobre a limpeza das árvores junto às estradas, em que a lei não se adequa. Recorda ainda a intervenção de Dr. Miler que em 2019 dizia que a lei era confusa e a sua aplicação tinha efeitos paradoxais, não havendo sequer meios para cumprir a lei, mas considera que apesar da lei ser confusa, isso não dá a possibilidade de não a cumprir. ----------

---------- Questiona o que acontece, em termos de responsabilização, se o plano não for aprovado, e se houver o azar de haver um grande incêndio. Considera que vai haver sempre gente a apontar dedos, como já aconteceu em anos anteriores, com pessoas a culpabilizar a Câmara pela dimensão, intensidade dos incêndios de 2016 e 2017. Não podendo, nem devendo incumprir a lei, o que a Câmara e a AM devem fazer é fazer sentir às entidades, a quem de direito, que esta lei não é passível de cumprimento, juntando-se, certamente, a muitas outras entidades que já fazem. Propõe a aprovação de uma moção endereçada a quem tem de ser, a dar conta das necessidades e especificidades do território como o nosso, do trabalho que os proprietários fazem na área da proteção civil e pelo qual não são ressarcidos, e todas estas questões que são importantes fazer chegar. Diz ainda que, pelo que leu, não se sente à vontade de não ter um plano.

---------- Questiona a AM, dizendo que tem na sua posse o texto de uma moção, e que se esta concordar com a mesma, por votação, poderá ser enviada. Pode ainda ser redigida mais tarde sob a orientação do Presidente da AM.----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção do senhor Pedro Sousa, e diz que a apresentação de moções é um direito que está consagrado e, por isso, se pretenderem avançar com ela, e se chegar à mesa, ela será lida e colocada à votação. Diz ainda é que não entendeu que implicações é que essa moção terá na discussão e votação do ponto em questão. ----------

---------- O senhor Presidente da AM dá a palavra ao senhor Óscar Brandão. ----------

---------- O senhor Óscar Brandão, diz que a questão e os comentários que o senhor Pedro Sousa fez na sua intervenção já se adivinhavam – caso este documento não seja aprovado vai haver responsáveis, e caso aconteça alguma coisa vai haver responsáveis. Mas diz que as coisas não podem ser assim, o que está em primeira instância em termos de abordagem política é a metodologia usada pela Câmara que é comum e recorrente, que é uma espécie de chantagem. Mas isto não é válido, não é aceitável e é mesmo condenável. ----------

---------- Questiona assim porque é que não houve o envolvimento dos autarcas, no seu todo, na elaboração do documento como devia ter havido em todos os outros. Questionando se no futuro é isto que se espera. Diz ainda que rejeita por completo esta metodologia e que não estão condicionados a ela de maneira nenhuma, não valendo a chantagem. Admitindo já que a Coligação Agora os Arouquenses vão votar contra este plano porque considera que este é um mau plano, que está mal elaborado, pelas razões claras e objetivas que aqui foram dadas a conhecer. ----------

---------- Refere ainda que esta Câmara Municipal a nível de política florestal tem sido uma nulidade, no relatório que foi apresentado em sede de AM há cerca de 2 anos, e que foi muito comentado, a Câmara desde 2011 até 2017 não investiu nada em termos de beneficiação de vias e caminhos florestais e mesmo a nível de abertura são números ridículos, em termos de beneficiação – 2011 35km, em 2012 0 km, em 2013 11km, em 2014 17 km, em 2015 0km, em 2016 11km e 2017 8km; em termos de abertura - em 2011 1,6km, em 2012 0km, em 2013 0km, em 2014 3km, em 2015 0km, em 2016 2,85km e em 2017 0km. Acaba dizendo que para este ano, para esta área específica, a Sra. Presidente tem 5000€ para abertura de caminhos e 5000€ para conservação, questionando como é que é possível fazer uma política de proteção à floresta com estes valores e estes propósitos, e ainda com os dados que são dados. Declarando que existe uma enorme desconfiança sobre a capacidade política da Câmara em agir numa área tão importante como esta. Diz ainda que as razões e os fundamentos para o sentido de voto da Coligação Agora os Arouquenses tem muito a ver com estas questões. ----------

---------- Sobre a questão da moção, pronuncia-se dizendo que quer conhecê-la e que estão disponíveis para a apreciar.----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção de Óscar Brandão, e dá a palavra, novamente, ao senhor Luís Almeida. ----------

---------- O senhor Luís Almeida, diz que o município de Arouca representa a maior área verde da Área Metropolitana do Porto, com isso, a AMP pode concorrer a fundos europeus para o fundo ambiental que tem um dos maiores contributos, com estes fundos a AMP e a Câmara de Arouca tem de ter mão firme com esta lei, dizendo que não podem ser os proprietários a ter de pagar e dar o que sempre deram.

---------- O senhor Presidente da AM dá a palavra ao senhor Pedro Bastos. ----------

---------- O senhor Pedro Bastos, começa por salientar que este plano deveria ter sido elaborado em colaboração com os vários intervenientes aqui presentes e lamenta a tardia chegada do documento que não permite uma verdadeira e concreta análise ao mesmo. Mesmo com este tempo todo que levou a ser elaborado continua a ser apresentado quase como *copy paste* do anterior, baseado em análises de dados antigos ou desajustados, como o clima, caracterização da população, mapa de povoamentos florestais,

entre outros. Continua dizendo que o pouco que este plano alterou comparativamente ao anterior, veio prejudicar veemente os produtores florestais que não vão conseguir suportar os custos do cumprimento deste plano caso o mesmo seja aprovado. Diz ainda que não se pode aceitar que ao elaborar um plano desta importância se vá para além do que é imposto pela lei em vigor Lei 124/2006. Assim sendo, considera que é um documento irrealista apenas com intenção de cumprir as obrigações do Município para a atribuição de verbas por parte do Poder Central. Para além do que foi referido acima, não parece que esteja refletido no orçamento aprovado, verbas suficientes para suprir as necessidades económicas que este plano, caso venha a ser aprovado, impõe à Autarquia. Pelos motivos expostos, declara que o CDS vai votar contra. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção de Pedro Bastos e, percebendo que não há mais pessoas inscritas para intervenção neste ponto, dá a palavra à senhora Presidente para responder às intervenções, ou passar a palavra aos técnicos, se assim o entender. ----------

---------- A senhora Presidente diz que gostava de intervir antes de passar a palavra aos técnicos do Gabinete Técnico Florestal. Diz que gostaria de frisar que esta atual proposta foi objeto de consulta pública e, portanto, na Comissão Municipal da Defesa da Floresta estão vários parceiros e elementos, dizendo ainda que houve consulta pública depois da aprovação, todos tiveram a possibilidade de dar contributos durante os 15 dias. A Senhora Presidente diz também que está convicta de que este é o melhor plano, porque serve os interesses do município neste momento, portanto, o facto de este plano não ser aprovado, que segue as regras/lei que está em vigor, deixa um vazio, e assim, vão-se aplicar as normas da nova lei e a interpretação jurídica que deram à Sra. Presidente é que em vez de termos a possibilidade de planear, vamos passar a ter execução de todas as faixas, havendo uma indefinição muito grande. Diz ainda que julga que aquele é o melhor plano e que poderá estar sujeito a alterações. ----------

---------- As observações que foram feitas durante o período de consulta pública, algumas, porque tiveram enquadramento, foram integradas, outras não. O que está no documento é o que a lei define, dizendo que o município não tem capacidade para criar. Diz ainda que se há coisas para melhorar é preciso reunir com a Comissão Municipal da Defesa da Floresta, com o ICNF (porque é ele que dá o parecer), é preciso é dizer concretamente o que é preciso mudar: quais as faixas que temos de reduzir, quais os aglomerados que temos de eliminar.----------

---------- A senhora Presidente conclui dizendo que a não aprovação deste plano é bem pior do que este que está em cima da mesa. É preciso o plano aprovado para se fazer o que os senhores dizem que é preciso fazer. A senhora Presidente pede que sejam refletidas as opções.----------

30.12.2021

---------- Passa a palavra à Engenheira Ana Santiago para responder às questões do senhor Afonso Portugal. Dizendo que a primeira questão que colocou, que se prendia com a percentagem de faixas relativamente à área florestal, a Engenheira Ana Santiago diz que não tem, naquele momento, um dado exato, mas que posteriormente pode fazer chegar a informação. Relativamente à questão da exposição do Engenheiro Pedro Quaresma, a Engenheira Ana Santiago julga que a senhora Presidente já respondeu, não havendo mais nada a dizer. ----------

---------- Acrescenta, porém, que como disse a senhora Presidente, o Engenheiro Pedro Quaresma tem assento na Comissão, expos a sua opinião como Associação Florestal na Comissão, também o fez em termos de consulta pública, mas não concretizou tanto, ou seja, não expos da mesma maneira como expos na Assembleia Municipal: não expos o próprio estudo que apresentou agora aquando da consulta pública. Diz ainda que o plano está a seguir a legislação em vigor – DL 124/2006, com a sua versão atual. Em relação à ocupação florestal de cada espaço, a lei não prevê a situação. ----------

---------- A senhora Presidente retoma a palavra e diz que reforça, sem fazer pressão nenhuma, e tem pena que o calendário e os timings não sejam os melhores, e a resposta do ICNF também foi tardia, que gostaria de ter trazido este plano com mais tempo, mas o plano teria sido o mesmo. Volta a referir que este é um plano que em termos de faixas corresponde ao que estava anteriormente, se estiver mal, é importante que se concretize, perceber e dizer verdadeiramente quais as faixas, o que é preciso alterar, porque estes planos foram feitos por uma equipa externa por pessoas que trabalham nestas matérias, e que trabalham com mapas e plantas, para reduzir seja o que for é preciso dados concretos. Diz ainda que esta alteração só será possível se tivermos um documento aprovado. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece as intervenções e dá a palavra ao senhor Afonso Portugal que quer pedir esclarecimentos.----------

---------- O senhor Afonso Portugal, começa por lamentar por ter que intervir novamente, e que fez perguntas concretas e não recebeu resposta nenhuma, nem mesmo vaga. Perguntou se foi acolhida alguma coisa do Engenheiro Pedro Quaresma, e a única resposta que obteve é que a senhora Presidente já tinha respondido. Reforça questionando novamente se o que Engenheiro Pedro Quaresma disse é verdade ou não. Diz ainda que não é uma questão de votação, mas sim uma questão muito séria. Há muitos anos que está nestas Assembleias e não houve muitas vezes em que não trouxesse o assunto para discussão, reforçando novamente uma pergunta: "o que é que a Câmara fez até hoje em benefício da floresta?" Respondendo também à sua pergunta: "Fez zero." Diz ainda que a senhora Presidente quando responde é sempre a dizer o mesmo, mas isso não esclarece as pessoas, e elas têm de ser esclarecidas. Temos de ir

com investimento, reforçando novamente outra pergunta: "qual o orçamento para a Câmara e qual o orçamento para os privados"? Não obteve resposta. ----------

---------- A senhora Presidente interrompe dizendo que o relatório foi apresentado, que as plantas e o planeamento dos custos estão presentes, pedindo à Engenheira Ana Santiago que recapitule. ----------

---------- O senhor Afonso Portugal retoma a palavra dizendo que não está contra ninguém, está apenas a tentar trazer esclarecimentos para a Assembleia. Questiona a senhora Presidente, que diz que se não houver nada aprovado que não se pode modificar nada, se existe alguém que altera um projeto aprovado no dia 30 de dezembro de 2021 nos próximos 3,4,5 anos. Não faz sentido. Se alguém aprova um plano neste dia, não faz sentido que em janeiro se altere o mesmo. Diz ainda que a senhora Presidente disse que este plano era igual ao de 2015. ----------

---------- A senhora Presidente interrompe dizendo que o plano é igual ao de 2015 em termos de faixas.

---------- O senhor Afonso Portugal retoma a palavra dizendo que não interessa se é igual em termos de faixas ou de outra coisa, questionando quanto é que a empresa que elaborou o plano levou em termos monetários para o fazer, porque nem está presente para esclarecimentos na AM. Diz ainda que os dois técnicos/engenheiros que vieram apresentar o plano não souberam apresentá-lo e não souberam explicar absolutamente nada. Não conseguindo sequer responder às perguntas. Questiona novamente o que é que caberá aos privados e o que caberá à Câmara, porque a retenção de verbas do orçamento de Estado pode ter a ver com isto, dizendo que a Câmara até pode vir a gastar mais a proteger do que vai receber, o mal pode compensar. Refere ainda que no dia 17 foi dada uma modesta contribuição para o plano, questionando se alguém a leu. Conclui que é preciso ter tempo para estudar, não podendo os senhores aprovar algo que os vai "tramar" ainda mais. Referindo ainda que os proprietários é que estão a arcar com tudo isto. --- ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção do senhor Afonso Portugal e dá a palavra à senhora Presidente para responder ou dar a palavra aos técnicos. ----------

---------- A senhora Presidente diz que os dois engenheiros vão voltar a colocar visível os documentos que foram apresentados, dizendo que o relatório é claro, apesar de não identificar as pessoas que fizeram as observações, estão as respostas e considerações. O planeamento que foi contemplado, e dando razão ao senhor Afonso Portugal, dizendo que não entende porque é que o ICNF permitiu que o município planeasse aquilo que é a sua gestão, e não o permitiu aos privados. ----------

---------- A senhora Presidente continua dizendo que é preciso perceber que neste plano se está a aplicar a lei, e que já referiu que a Câmara é solidária com todas essas servidões e que elas têm de ser

compensadas, e território que tem 85% de floresta não devem ser penalizados, devem ter mais financiamentos. ----------

---------- A Engenheira Ana Santiago toma a palavra e diz que relativamente às áreas que foram questionadas, 5900 hectares são de faixas. Continua dando mais algumas explicações, sobre quem tem responsabilidade em determinados sítios. ----------

---------- A senhora Presidente interrompe e toma a palavra dizendo que está preocupada em ter um documento para salvaguardar os interesses dos munícipes e do território. Diz ainda que a floresta é muito sensível e é um tema complicado. Relativamente ao ponto de intervenção do senhor Afonso Portugal quando diz que a Câmara não tem feito nada quanto a este tema, diz que vai ser complicado ver os resultados do que está a ser feito. Recorda ainda que 85% do território é privado e, por isso, isto tem de ser um trabalho feito em conjunto, há vários projetos e verbas avultadas no orçamento para esta execução.

---------- O senhor Presidente da AM toma palavra, questionando se há mais esclarecimentos a dar, não havendo, avançou-se para a votação, por braço no ar, deste ponto da ordem de trabalhos: ----------

---------- Votos contra: 16 votos ----------

---------- Abstenção: 8 abstenções----------

---------- Votos a favor: 12 votos ----------

---------- O plano não foi aprovado.----------

---------- O senhor Afonso Portugal pede a palavra para dizer que se absteve porque não foi totalmente esclarecido e considera que é uma matéria muito delicada que, em consciência, as pessoas têm de estar habilitadas a decidir num ou noutro sentido, sentindo que não está absolutamente esclarecido, usou a abstenções como maneira de manifestar o seu voto.----------

---------- O senhor Presidente da AM dá a palavra ao senhor Pedro Bastos, que intervém para fazer uma declaração de voto, dizendo que a justificação para a sua declaração de voto está nas suas intervenções, remetendo assim a sua declaração para as suas intervenções.----------

---------- Ausentou-se o senhor António Tavares Teixeira. ----------

---------- **3.2 INFORMAÇÃO DA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:----------**

---------- Relativamente ao período da ordem do dia, no ponto 3.2, o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente começa por dizer que o documento que foi distribuído faz a síntese da atividade dos últimos 3 meses (setembro, outubro e novembro), e que está disponível para clarificar as questões que os senhores entendem pertinentes sobre o documento que foi apresentado. ----

30.12.2021

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção da senhora Presidente e questiona se existe alguém que tenha alguma intervenção a fazer. Pedem para intervir os senhores Artur Miler e Alda Portugal.---- ----------

---------- O senhor Artur Miler começa por dizer que na página 9 do Relatório de Atividades da Câmara Municipal de Arouca, no que se refere à 2ª revisão do Plano Diretor Municipal, o PDM, existe um conjunto de propostas em destaque. Mais uma vez, considera que não existiu qualquer sentido de visão comum ou sequer uma cultura democrática, como já referiu, por parte do executivo camarário. Estando a falar de um instrumento fundamental para o desenvolvimento do município, sendo estes e anteriores autarcas surpreendidos com planos, programas, regulamentos e delimitações já aprovadas, sendo que muitos a aguardar aprovação de instâncias superiores sem qualquer oportunidade de um conjunto de autarcas poderem dar o seu contributo, de haver um debate sério e a construção de soluções conjuntas que só iriam beneficiar o município. ----------

---------- Diz ainda que o entristece este constante *"modus operandi"*, como aqui já referiu Óscar Brandão, ao qual não pode deixar de manifestar o descontentamento e deixar mais um alerta para que tal não volte a acontecer. E, já agora, questiona a senhora Presidente, se esta confirma ou não que o PDM irá reduzir em cerca de 40% a área urbanizável do nosso concelho. ----------

---------- Continua referindo-se à página 70, que tendo sido contratualizado com a Universidade de Aveiro a aquisição de Serviços de elaboração da Estratégia Municipal de Saúde, a notícia que anteriormente alude no site do município dava conta e cita: "será uma ferramenta fundamental que irá permitir definir os principais eixos de intervenção e, assim, priorizar a atuação sobre os problemas na área da saúde a nível concelhio, uma vez que irá caraterizar a população local e permitir saber como vivem os arouquenses e quais as principais doenças". Considera que, de facto, é um instrumento de enorme relevância e que, espera, cumpra os desígnios de ser um "instrumento municipal de planeamento na área da promoção da saúde". ----------

---------- No âmbito da lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais, ao nível do planeamento, os municípios ganham competências numa área em que tinham prática, mas não tinham competência efetiva, nomeadamente a promoção de estilos de vida saudáveis e do envelhecimento ativo. No caso particular do Plano Gerontológico, que consta na informação municipal na página 18 e que se encontra em atualização, questiona se não deveria ser atualizado tendo em conta este novo quadro estratégico.- ----------

---------- Questiona também sendo o edificado uma das novas competências que vão ser delegadas nos municípios, se pode, neste momento, ser assegurado e se é competência do município o alargamento da Unidade de Saúde de Escariz. ----------

---------- Para finalizar, quanto à página 46, e ainda no âmbito da análise do documento, pede à Sra. Presidente para esclarecer quanto ao número de visitas ao Radar Meteorológico e ao Museu Municipal. No caso do Radar Meteorológico, é possível compreender as 0 visitas contabilizadas se atendermos à pandemia Covid-19. Porém, no caso do Museu Municipal, apesar da interessante intervenção a que foi sujeito, diz que os visitantes passaram de 2825 em 2020, em plena crise sanitária, para 1051 no mesmo período deste ano. Questiona assim quais as medidas que o município pretende implementar para dinamizar aquele espaço e rentabilizar o investimento. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção de Artur Miler, passando a palavra à senhora Alda Portugal. ----------

---------- A senhora Alda Portugal, quer deixar alguns tópicos que mereceram louvores ou dúvidas. -

---------- Quanto à página 12, em que se fala que o Arouca Geopark participa no desenvolvimento da iniciativa Programa 100% da Responsabilidade de Turismo De Portugal, diz que é de louvar o projeto e as iniciativas que tenham por posse promoção da sustentabilidade económica, ambiental e social, que ao mesmo tempo, permitem uma oferta turística diferenciadora. Este programa está dirigido às empresas de animação turística, de acordo com a informação que é trazida, mas seria importante que envolvesse outros atores ligados ao turismo, como a hotelaria e a restauração, entre outros. ----------

---------- Na página 17, fala-se da assinatura do protocolo no âmbito da atividade da animação e apoio à família. Aqui é referido que se trata de uma resposta a necessidades do agregado familiar, para além do período letivo diário de educação pré-escolar. Quanto a isto questiona em que é que consiste, em termos práticos, esta resposta de apoio à família e animação. Questiona ainda se existe algum plano para sensibilizar os trabalhadores das empresas na compatibilidade da vida profissional com a vida familiar, evitando assim que as crianças passem quase todo o seu período de dia fora do seu agregado familiar. Refere que esta é uma questão que coloca porque considera que é preciso dar resposta, mas também sensibilizar e educar as famílias para os direitos que lhes assistem. ----------

---------- Na página 19, quanto à colocação à venda de lotes da Vila Pavão – Escariz, considera que é importantíssimo esta iniciativa, visando fomentar a habitação do município, que é um problema e que já foi várias vezes abordado em sede de AM. Questiona quanto às demais freguesias qual a situação que existe, e questiona ainda se nestas restantes freguesias está previsto algum apoio para a habitação. -------

30.12.2021

---------- Na página 25, quanto ao lançamento da escola do trail running, e a assinatura do protocolo quanto à canoagem no desporto escolar, considera que são ambas boas iniciativas, porque o desporto e o movimento são essências para a saúde e bem-estar mental das pessoas e, considera ainda, que é nestas idades que a aposta deve ser feita. Refere ainda que há competências que estão no âmbito próprio dos municípios, e esta é uma delas. Diz ainda que Arouca tem o historial de várias décadas na modalidade da canoagem, e envolver os agrupamentos de escolas nestas modalidades constitui um passo natural e de continuidade nesta prática desportiva, sendo um verdadeiro exemplo de autonomia curricular. Considerando ainda que se deve potenciar aquilo que o próprio município tem e, ao mesmo tempo, envolvendo-o na parte escolar. ----------

---------- Quanto ao projeto municipal Arouca Agrícola, parabeniza o município, como já o fez o senhor Pedro Sousa. ----------

---------- Na página 31, quanto ao CI3, Centro de Incubação e Inovação Industrial de Arouca, diz que o centro arrancou em 2018 com 4 empresas, tendo neste momento 11 empresas, funcionando ainda nas instalações provisórias da Junta de Freguesia de Escariz. Acrescenta que o CI3 é um polo de atração de empresas de produção de bens e serviços inovadores, no centro de apoio e atividade industrial e a novos projetos empresariais de base tecnológica, científica e criativa. Quanto às empresas encubadas neste projeto são de diversas áreas, contudo, apenas de prestação de bens e serviços, detendo equipas pequenas e não exigindo, por isso, espaços e laboratórios específicos para a investigação e desenvolvimento. Considera que para o CI3 possa ser também o centro de apoio à atividade industrial, exigindo-se espaços e laboratórios específicos, é necessário a mudança de instalações, pois é impossível que se consiga isto nas instalações provisórias da Junta de Freguesia de Escariz. Questiona que se o objetivo da câmara, anunciado desde a criação, é transferir as empresas para um edifício próprio, como fará, quando passa de um valor de investimento inicial de 1 milhão e 250 mil euros, para um valor de 100€ que é aquilo que consta atualmente. Questiona ainda se a Câmara desistiu da criação do total novo edifício, para a criação de novas instalações onde se possam incubar empresas mais ligadas à investigação tecnológica. Refere o caso de São João da Madeira com a Sanjotec, com mais de 10 anos e mais de 90 empresas incubadas, 400 trabalhadores, que é um verdadeiro polo de inovação, sendo este um caso de sucesso que todos conhecem e gostariam de ter em Arouca. Sugere o alargamento das entidades parceiras, como por exemplo, a Universidade de Aveiro que tem já um polo no município vizinho em Oliveira de Azeméis. ----------

---------- Cita ainda uma frase do economista Edward Glaeser "as cidades que atraiam e retenham talento vão prosperar". Pedindo assim que se faça de Arouca um município que atraia e retenha taleto apostando no alargamento do CI3 na área da indústria. ----------

30.12.2021

---------- Aborda ainda a nível de informação municipal a página 39 e 72, que têm a ver com o anexo, onde é referido que se encontram 18 processos judiciais em curso, estando 3 concluídos, mas diz, contudo, que esta informação não bate certo com o anexo 16, onde apenas consta 8 em curso, avisando para a possibilidade de um lapso na construção da informação. ----------

---------- Questiona ainda sobre um processo em que o autor é Otávio Augusto Canhão, que está no Tribunal da Propriedade Intelectual de Lisboa, o que é que está na base desta ação. ----------

---------- Refere ainda a falta de limpeza das vias e do estado de degradação em que se encontram. Diz que as vias municipais necessitam de um restauro betuminoso – Lourosa de Matos, Provesende, Forcada, Santa Eulália, etc. Refere ainda que Vale de Cambra está a fazer uma nova estrada para o Merujal, enquanto Arouca tem dificuldade em fazer a manutenção das que existem. Diz que as equipas que estão destinadas a estes trabalhos parecem não estar a dar resposta a estas necessidades, questionando de quanto em quanto tempo é que as equipas passam nas freguesias, e atento ao número de vias de mau estado.------ ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção de Alda Portugal, dando a palavra à senhora Presidente para responder às questões levantadas.----------

---------- Começa por responder ao senhor Artur Miler, dizendo que tal como refere, o PDM é um processo participativo, e, portanto, não está aprovado ainda, são documentos que foram elaborados pelas diferentes equipas técnicas e estes documentos que são muito técnicos, estão a aguardar a marcação da primeira reunião plenária, onde estão cerca de 30 entidades de vários níveis que fazem uma primeira apreciação, antes de passar ao momento da consulta pública. A senhora Presidente não crê que haja a tal redução de 40%, mas diz que não tem a certeza pela tecnicidade dos documentos, mas quando chegar à altura o documento vai analisado e vai-se perceber. Diz ainda que os planos são dinâmicos e portanto, vão sendo atualizados fruto da dinâmica e da interação do território, e vai ser assim com a estratégia local de habitação, de saúde. O plano vai ditar o que o município quer ao nível da saúde, bem-estar, dinâmica associada à sustentabilidade das pessoas e do território. ----------

---------- Quanto à Unidade de Saúde Familiar, diz que esta é uma das pretensões da Câmara. Mas diz que não promete nada, apenas que promete lutar, é preciso projetos, porque sem projetos não há obra, mas é preciso verbas. O novo quadro comunitário que está a ser trabalhado no âmbito da Área Metropolitana, no âmbito do PRR, e no âmbito das áreas desfavorecidas, o município de Arouca no âmbito da sua participação está a vincar a sua participação para não perder e ficar de fora nestes programas.- ----------

30.12.2021

---------- Quanto aos números do Radar e do Museu, informa que no Museu Municipal a dinâmica tem sido muito interessante, tendo trabalhado muito estas temáticas rurais, mas de uma forma online, o que não se traduz, depois, em números, traduz-se em conhecimento, investimento na nossa ruralidade, e traduz-se em conhecimento para os nosso munícipes e envolvimento. ----------

---------- Quanto à senhora Alda Portugal, que coloca várias questões, mas foca numa questão relativamente a um dos projetos onde hoje está a ser elaborado um programa do Geoparks do Turismo Portugal, e diz, com orgulho, que foi o Arouca Geopark que despoletou, junto do Turismo de Portugal, o interesse para este trabalho e para este programa que está a ser realizado no sentido de se programar e de se envolver as empresas de animação turística no desenvolvimento de programas sustentáveis.----------

---------- Respondendo à questão das "AAF´S", o município comparticipa no apoio que se traduz no acompanhamento pré e pós horário letivo, bem como o acompanhamento do pré-escolar, bem como há outros protocolos que foram celebrados no sentido de facultar aquilo que são as infraestruturas educativas existentes para a sua utilização na pausa letiva, portanto, das associações de pais que têm programas diversos, a Câmara faculta as instalações. Faz todo o sentido que haja esta interação e contrapartida com a comunidade. ----------

---------- Quanto à Vila Pavão, neste momento, foi feito o concurso, vai haver uma hasta pública agora para a venda dos 13 lotes, dando nota de que há mais interessados do que lotes a concurso. ----------

---------- No âmbito do Desporto Escolar, diz que Alda Portugal refere bem as águas bravas, tendo assim presente mais uma vez a valorização dos nossos recursos, da nossa diferenciação. O município dinamizou, fruto da interação dos agrupamentos de escolas, um protocolo com os dois agrupamentos, a Federação Portuguesa de Canoagem para, no âmbito do desporto escolar, se criar uma escola de formação que tenha a ver com a necessidade de se criar uma cultura desportiva associada aos nossos recursos. Fala ainda na possibilidade de se criar um novo protocolo ligado ao montanhismo, mas é preciso encontrar pessoas motivadas e que deem corpo as ideias e projeto. ----------

---------- Quanto ao CI3, para se avançar com projetos com valores avultados é preciso orçamento e dinheiro. O CI3 está a funcionar na Junta de Freguesia, em excelentes instalações, e conta já com várias empresas e é um orgulho ver que afinal é uma aposta ganha. A senhora Presidente diz que está a contar que no próximo quadro comunitário seja possível arranjar uma janela de oportunidade para integrar este projeto, até porque a janela que temos, no âmbito do PDM, continua afeto para este efeito. Diz ainda que não pode comprometer uma verba no orçamento de vários milhões quando não há um projeto aprovado, porque teria de deixar de fazer outras coisas que estão previstas no orçamento. ----------

---------- Relativamente aos processos, não tem presente a resposta pelo que irá, mais tarde, trazer a resposta.---- ----------

---------- Em relação à limpeza das vias municipais, diz ser uma responsabilidade da Câmara, mas as equipas são insuficientes, com várias baixas, e que existe necessidade de trazer novos elementos. É um assunto que já garantiu a alguns Presidentes de Junta que vão fazer um projeto piloto, tendo ainda de conversar e tentar ver qual a melhor solução. Neste momento há 5/6 equipas, mas há algumas equipas que estiveram desequilibradas, dando razão à senhora Alda Portugal na sua intervenção, mas são equipas que cobrem as freguesias.----------

---------- O senhor Presidente da AM dá a palavra ao senhor Artur Miler para um esclarecimento e o mesmo começa por pedir à senhora Presidente que entenda as questões como contributos e formas de obter respostas e esclarecimentos para todos os munícipes. Diz ainda que, por exemplo, a Estratégia Municipal de Saúde é algo muito importante e que, no caso especial, é algo que acompanha com atenção, tal como o plano gerontológico. Acrescentando que com uma verba de 20 mil euros que foi paga à Universidade Aveiro é bom que toda a gente consiga mais informações e que dê mais contributos para que se consiga um melhor documento, para que não seja necessário a aprovação de um mau plano como foi o caso da Plano da Floresta Contra Incêndios.----------

---------- A senhora Presidente responde dizendo que já anotou o nome de Artur Miler para o envolver nos contributos a dar sobre o tema.----------

---------- O senhor Presidente da AM dá a palavra á senhora Alda Portugal para um esclarecimento e esta começa por dizer que relativamente à questão do designado "modelo antigo" – de acordo com o lhe foi dado a conhecer, já houve, em tempos, funcionários da câmara que estavam afetos às próprias Juntas de Freguesia. Relativamente ao projeto piloto diz que não compreendeu em que é que consistia, e gostava que a Sra. Presidente a esclarecesse. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção e dá a palavra à senhora Presidente, para prestar esclarecimentos. Esta começa por dizer que para a próxima reunião irá trazer a estratégia da saúde, porque acha que é pertinente, para uma apresentação breve e recolha de contributos, deixando aqui a sugestão. Quanto ao projeto piloto, é um projeto que está a dar os primeiros passos para a construção de pacotes sustentáveis. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece os esclarecimentos, passando ao ponto seguinte.------

---------- **3.3 ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2022:----------**

---------- No ponto 3.3 o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara para dizer o que se lhe oferecer sobre este ponto. ----------

30.12.2021

---------- A senhora Presidente, antes de começar a falar sobre este ponto, quer apenas dizer que para a próxima vez irá enviar para o Presidente da AM para que este possa fazer chegar a todos os membros um reforço da comunicação, para que estejam presentes nos fóruns. ----------

---------- Ausentaram-se as senhoras Fátima Fonseca e a Presidente da Junta de Freguesia de Rossas.

---------- Quanto ao orçamento, a senhora Presidente diz que o orçamento representa um valor de 22.194.200€, é um orçamento que é pautado pelo rigor, que é uma proposta realista, que materializa a estratégia de desenvolvimento, é um valor similar ao do ano anterior, sendo apenas ligeiramente inferior, sendo assim um orçamento que está em linha com os anos anteriores, apesar do documento que foi apresentado, que segue as normas contabilísticas, poderá não permitir uma leitura que era habitual. É um documento que contou com os contributos das unidades orgânicas, dos Presidentes de Junta de Freguesia.

---------- Nas grandes opções do plano, o peso mais significativo, é a rúbrica de Habitação e Serviços Coletivos, que absorve 30% das grandes opções do plano – 5.385.000€. O segundo objetivo é a Indústria e a Energia que se posiciona em 2º lugar, representando 17% do financiamento – 3.072.000€. Em terceiro lugar está a Educação, que representa 13% das verbas – 2.277.000€. O quarto objetivo, continuando a ser uma aposta estratégica do município, é o comércio e o turismo, representando 9% - 1.700.000€. Em quinto lugar estão as Transferências entre Administrações, temos a verba que é afeta às Juntas de Freguesia que corresponde a 425.000€. O sexto objetivo que representa 7% - 1.200.000€, está afeto a Obras em Vias Municipais. Outro objetivo é Serviços Culturais e Recreativos que representa 4% do plano – 766.000€. A Ação Social representa 3.5% das verbas para o plano municipal – 628.000€. O nono objetivo é o da Segurança e Ordem Pública que tem o valor de 550.000€. O décimo objetivo é a Administração que representa 2% do plano municipal - 405.000€. A Saúde representa 1% do plano municipal – 145.000€. O décimo segundo objetivo é a Agricultura que afeta um valor de 136.000€. -----

---------- Diz que se continua a aplicar taxas reduzidas, aliás, as taxas mais reduzidas em termos de IMI e IUC, face aos recursos disponíveis, aos encargos que o município tem que são permanentes, anuais, e face as despesas obrigatórias e compromissos assumidos, este é o orçamento apresentado, com uma política orçamental responsável, concretizando os projetos que dão corpo e garantem o impulso económico necessário ao nosso território e que vão ao encontro dos interesses da população. Diz ainda que é uma proposta realista, pautada pelas contas certas face aos recursos financeiros disponíveis. -------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a explicação e abre o período para inscrições para quem quer intervir. Inscrevem-se os senhores Pedro Sousa, Óscar Brandão, Zé Maria, André Vilar e Pedro Bastos. ------ ----------

---------- O senhor Presidente da AM dá a palavra ao senhor Pedro Sousa. ----------

30.12.2021

---------- O senhor Pedro Sousa diz que é importante relembrar o que foi dito no passado, e que muitas vezes se mantém a posição, mas pode haver mudanças, e é natural que isso aconteça, até porque – CI3 – quando havia 1.000.000€ para o projeto, o PSD disse que não era necessário a construção de um imóvel específico para start-ups de 4º e 5º geração, mas agora que a verba não está lá passou a tornar-se urgente. Pode ser importante dizer que antes não era e agora já é, é normal esta mudança de opinião, faz parte. Diz ainda que gostou muito da frase que "os arouquenses estão cheios dos projetos", e comenta a frase dizendo que em primeiro lugar é preciso projeto para dizer as coisas, e recorda uma entrevista de José Paulo Oliveira onde ele dizia que os arouquenses já estavam cheios dos socialistas, dizendo que apesar disto eles continuam por lá, humildemente, a trabalhar pelo concelho. ----------

---------- Considerando a declaração de voto que foi feita, acredita que irá voltar o tema do IRS, referindo que sempre defendeu que o IRS devia estar no município para intervir, se possível, na área social, ou noutras áreas onde o dinheiro tivesse que ser colocado, e percebeu que a proposta do PSD era pegar nesse valor e entregar às Juntas para a área social, mas recorda o que o PDS escreveu, relativamente aos 2% a atribuir às Juntas, criticando que "é muito fácil fazer caridade com o dinheiro alheio" – refere que o Câmara se propõe não seria o mesmo que a proposta que tinham feito? Entregar o dinheiro para alguém fazer. ----------

---------- Diz ainda que uma parte interessante da intervenção de Fátima Pinho foi o tema da população, que é estritamente relevante, mas o importante é perceber com que medidas é que é possível contrariar o que está a acontecer. Na realidade, este é um tema complexo, e não é um tema partidário, dando o exemplo do Presidente da CM Feira. Dizendo ainda que os concelhos à nossa volta perderam população, com a exceção de São João da Madeira. Considera que este é um tema importante, dando o exemplo de que todos os anos considera que é necessário que o orçamento traga verba para o incentivo à natalidade, ainda que uma enorme parte dos municípios que têm esse incentivo continua a perder população. - ----------

---------- Relativamente ao orçamento em particular, existem sempre duas visões: uma derrotista do PSD Arouca (diz ainda que não sabe se é do PSD ou se é dos Agora os Arouquenses, presumindo que a declaração de voto é da Coligação), como se Arouca fosse um município sem estratégia, resignado e sem futuro. Recorda que há uns anos atrás se dizia que este orçamento ia fazer Arouca mais pobre, mas se isto fosse verdade, hoje em dia, Arouca era o Burkina Faso, todos os anos éramos mais pobres – considera que não há nenhum indicador que indique isto; depois temos outra visão, que é a de quem prepara/executa o orçamento. Diz que quem prepara e executa o orçamento sabe que este é dinâmico, e que pode ser

reforçado durante a sua vigência, como deve ser qualquer concelho que esteja constantemente à procura de oportunidades. ----------

---------- Continua dizendo que é muito interessante o tema da rúbrica dos 100€, porque esta rúbrica está lá para permitir que se ela possa ser reforçada durante o orçamento e não seja preciso muita burocracia, nem vir à AM para fazer uma alteração, isto porque, há várias obras que estavam orçamentadas por 100€ e terminam o ano com uma execução muito superior a isso – exemplo: intervenção na rede de água, começou por 100€ e foi executado por 59.000€, acrescenta que se esta rúbrica não estivesse no início não se podia fazer nada; tal como no ano passado a rúbrica das obras de habitação social estavam com 100€ e acabaram com 25.000€, assim sendo, os 100€ é uma coisa normal, estando no orçamento para permitir estes reforços durante o andamento. ----------

---------- Do orçamento em concreto, diz que a verba de maior fatia continua na habitação e serviços, com um aumento significativo na verba que é destinada à indústria e aos serviços, e com intervenções importantes em três zonas industriais, havendo também um enorme reforço das verbas para a agricultura e pecuária. Recorda o tom crítico relativamente aos valores para a agricultura em orçamentos anteriores, e agora este significativo reforço deveria merecer algo positivo. Considera que temos um resumo de orçamento que continua a investir na educação. ----------

---------- Quer registar positivamente a atribuição dos primeiros apoios feitos ao abrigo do Programa de Apoio ao Arrendamento que é algo que deve ser sinalizado. ----------

---------- O Presidente da AM agradece a intervenção e passa a palavra ao senhor Óscar Brandão.----

---------- O senhor Óscar Brandão, começa por dizer que tanto a senhora Presidente como o senhor Pedro Sousa partiram de uma falácia e não foram corretos, porque a moção no seu todo não é aquilo que eles apresentaram, não valendo a pena extrair parte. A moção a que o senhor Pedro Sousa se referia foi apresentada pelo PSD e que fundamentou parte da proposta dos vereadores. Diz ainda que a senhora Presidente, no início da intervenção, referiu que não era possível, e remeteu o discurso e fundamentação para uma moção, essa moção, que está presente e que pode ser lida, fundamenta-se e estrutura-se a partir de um quadro legal, e não fala apenas no aspeto social, era abrangente. Não vale a pena omitir nem manipular, pedindo que sejam corretos.----------

---------- Dirige-se à senhora Presidente e diz que é óbvio que houve um esforço muito grande por parte dos técnicos e da CMA em fazer um orçamento do ponto de vista técnico qualificado, isso é reconhecido. O que se pretende fazer é uma análise global, deixando as questões concretas e particulares.

---------- Começa por lamentar que os documentos tenham chegado aos vereadores da oposição já fechados, sem qualquer possibilidade de negociação ou alteração, sendo isto negativo do ponto de vista

político. Não ouvir os Vereadores da Coligação previamente à apresentação do Orçamento é a maior demonstração de arrogância democrática da maioria PS, desconsiderando-os na elaboração de um documento central da política da Câmara Municipal, como se não fossem membros de plena legitimidade e direito do órgão executivo. ----------

---------- Lamenta também o claro simulacro de uma participação ao abrigo do "direito de oposição". Uma prática em desconformidade, clara e objetiva, com o espírito que está subjacente à implementação do Orçamento Participativo tão propagandeado pela maioria socialista. Por um lado, há o cultivar de um Orçamento Participativo e dos princípios da democracia participativa, e por outro lado são esquecidos estes princípios. Questionando como é que os autarcas que foram, legitimamente, eleitos podem fazer parte de um documento tão importante como este orçamento. Consequentemente, é de constatar que, infelizmente, este mandato se caracterizará por uma lógica de imposição e não de diálogo construtivo.--

---------- Refere ainda que a maioria das propostas, pela nossa estrutura, apresentada são na verdade manifestações de interesse dos presidentes de Junta de Freguesia já reclamadas há alguns anos e que sucessivamente veem a sua realização adiada, isto devia ser tido em conta e considerado. Entende que os documentos que hoje são aqui apreciados, são documentos onde não se vislumbram opções que resultem de critérios objetivos de crescimento e desenvolvimento, aliás, os números e as estatísticas dizem-nos isso, com argumentos competitivos nos domínios da atração e da fixação de pessoas e de novos investimentos (uma matéria ainda hoje falada na AM).----------

---------- A visão apresentada no orçamento e nas GOPs continua a ser essencialmente de mera gestão corrente, organização de eventos e de representação nestes, distribuição de curtos apoios às coletividades e de realização de algumas obras desgarradas, sem a orientação de um conceito ou uma estratégica global do concelho, o que se traduz nos incontáveis itens com verba simbólicos, que vão transitando de ano para ano, num fenómeno de copy-paste, sem nunca serem realizadas. É evidente que não se identifica em todo o documento um único grande investimento camarário que permita inverter esta tendência e que mereça referência.-- ----------

---------- Considera que não há uma discriminação positiva das freguesias, em detrimento de um centralismo cultivado pelo Executivo, nem uma transferência de verbas condizente com o trabalho preconizado, impossibilitando o desenvolvimento de projetos estruturantes o que resulta numa clara insatisfação e desmotivação que é sentida pelos autarcas de freguesia. As verbas simbólicas só têm servido para preencher rubricas e funcionar como um tapa olhos a incautos, permitindo também uma subjetividade alargada na gestão dos dinheiros a elas afetos. ----------

30.12.2021

---------- Manifesta a preocupação com a "asfixia" da ação das Juntas de Freguesia. Dizendo que nesta matéria e para 2022 não há qualquer política definida não sendo, por exemplo, assumidos acordos de execução, com melhores meios e novas competências para as Juntas de Freguesia, para além da visão minimalista que a lei prevê. Na própria introdução, na fundamentação das GOPs, não há qualquer referência a uma política própria destinada às juntas de freguesia. Nestes verifica-se que a vitimização continua de mão dada com inusitada justificação para a falta de ambição. ----------

---------- É preocupante que apesar dos sucessivos lamentos a Câmara, ou se se quiser a Presidente da Câmara continua a assumir que a transferência da Administração Central a título de Fundo de Equilíbrio Financeiro continua a ser a principal fonte de financiamento do orçamento municipal. Questionando para quando o fim desta dependência. Dizendo ainda que a Sra. Presidente já tocou no problema na AM, sendo um assunto que tem de merecer a reflexão dos autarcas do município. Questionando novamente quais as fontes de receita que o município precisa e quer, do ponto de vista até dos impostos locais, porque no seu entender pode não ser sustentável que a Câmara subsidie em quase 50% a questão dos resíduos, sendo isto muito discutível, estando a subsidiar tanto as pessoas ricas como as pessoas pobres, é uma situação que vale a pena discutir. ----------

---------- Considera ainda que, mais do que nunca, é necessário criar e gerar fatores de riqueza e atração para o concelho. Deseja, obviamente, que Arouca seja sempre um município cumpridor das suas contas e com uma saúde financeira exemplar e idónea. ----------

---------- Mas é evidente, e assaz preocupante, o persistente crescimento das despesas correntes, 13.897.900€, ou seja 62,62%. Questionando o que é justifica isto, e o que justifica que as despesas correntes já ultrapassem largamente as despesas de capital, ou seja, o investimento. Recorda que em 2019 eram de 50,5% e em 2020 49,64%. Questionando novamente como é que se explica este grave acréscimo, este grave desequilíbrio e como se explica que a Câmara gaste mais consigo do que com o investimento no município. Estas são as grandes questões. Considera que a senhora Presidente não está a pensar politicamente o concelho e, sobretudo, não está a dar bom uso ao dinheiro dos impostos dos arouquenses.

---------- Ouviu-se, no último mandato, e por diversas vezes, a senhora Presidente a dizer, com a convicção possível "Estas são as nossas opções". Podem ser, mas quer lembrar à senhora Presidente, a importância de perceber que na ação política faz todo o sentido ter coragem nas escolhas, ter um plano, e sobretudo ter capacidade e habilidade/competência para o executar e responder pelos resultados sem subterfúgios nem demagogia, tendo sempre presente que não tem maioria nesta Assembleia Municipal, que é uma coisa que vale sempre a pena recordar. ----------

---------- Lamenta o desaproveitando do enorme capital humano, cultural, geográfico, histórico e patrimonial do concelho de Arouca.----------

---------- Diz que para uma lógica e sentido de modernidade na gestão autárquica é preciso uma descentralização que se traduza num impacto estratégico nas GOPs, nomeadamente nas áreas mais sensíveis, como a Saúde, a Educação e ação social, mas tal não se verifica. Não havendo, por exemplo, uma abordagem estratégica aos desafios da descentralização nem uma capacitação adequada para lhes fazer frente de forma impulsionadora e geradora de desenvolvimento. Uma questão essencial é que o presente documento das GOP representa uma comprovação objetiva de como a Câmara está impreparada para o seu impacto.----------

---------- Considera que por si só, estes pontos são de suficiente relevância para justificar a rejeição deste orçamento, até porque reitera o desrespeito por uma moção aprovada em Assembleia Municipal por larguíssima maioria. Diz ainda que estranhar-se-á que quem votou a favor da moção possa agora aprovar este orçamento! ----------

---------- Independentemente da opção e escolha política, o que está em questão é também a atitude passiva da Câmara Municipal na realização do que se propõe fazer. Considera que na verdade, falta inovação e novos horizontes a trilhar, pela necessidade premente de dinamismo empresarial e económico, de emprego, com políticas de envolvimento das freguesias e de toda a sociedade civil, mormente freguesias com valências especificas, geográfica e proporcionalmente determinadas. Dizendo assim que esta não é, de facto, a nossa política. ----------

---------- Pede que se lhe seja permitido deixar um desejo: que em 2022 deixe de haver má gestão e erros de programação de obras municipais, que deixe de haver medidas avulsas (sem qualquer planeamento e desenvolvimento estratégico), típico de quem já está no poder há demasiado tempo e já esgotou as ideias e ambição.----------

---------- Diz ainda que é justo o desejo que a Câmara faça investimentos produtivos, crie o investimento nas diversas áreas de atuação e que o PS não continue a atuar como o dono do espaço público, o que muito tem contribuído para as já habituais derrapagens e para resultados que ficam aquém das expectativas criadas ao longo dos anos.----------

---------- Considera assim que este é mais um orçamento que falha redondamente em projetos dinamizadores e que continua a não apresentar soluções, por exemplo, para a fixação da população, para reverter a degradação do meio ambiente. A gestão propagandística e a estratégia de impacto negativo no desenvolvimento económico e social do concelho, que este orçamento representa, não serve Arouca. Diz

que está do lado da ambição, de ideias novas e da assunção de novos compromissos. Algo que ainda cria muitas dúvidas que este plano e orçamento para 2021 consiga traduzir. ----------

---------- Acaba dizendo que votar a favor, seria participar num caminho que não é o do partido, assim, há semelhança do que aconteceu com os Vereadores da Coligação «Agora os Arouquenses", o PSD vai abster-se. --- ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção e passa palavra o senhor José Maria Ribeiro.----- ----------

---------- O senhor José Maria Ribeiro, refere que este orçamento não passa de uma total manta de retalhos contabilística, que demonstra, de forma muito efetiva, que o executivo, liderado pela senhora Presidente, não tem qualquer visão estratégica para o futuro e desenvolvimento do nosso concelho. Continua dizendo que o sinal mais evidente disso é que cerca de 35% do orçamento e GOP's, está preenchido com rubricas com valores de 100€ ou outros valores irrisórios. Ou seja, a chamada "navegação de cabotagem": vai-se andando ao sabor dos anseios e das necessidades eleitoralistas. ----------

---------- Sobre este orçamento haveria, com toda a certeza, muito a dizer. Mas, para não ser exaustivo, e visto que o colega de bancada Óscar Brandão já fez brilhantemente a intervenção, não se alongará. ----

---------- No entanto, e visto que este é o orçamento da senhora Presidente e das suas grandes opções, diz que gostaria de colocar as seguintes questões diretas, concisas e de resposta fácil: "Qual a previsão, nos próximos anos, do crescimento do poder de compra dos arouquenses?" "Com as medidas a implementar na área empresarial, qual a previsão de crescimento do tecido empresarial? E, por conseguinte, qual a previsão da receita fiscal, daí proveniente, para os cofres da autarquia'" "E por fim, neste âmbito, qual a previsão de aumento do número de postos de trabalho efetivos em todo o concelho?" e "Uma última questão, que me deixa super preocupado, apenas para me explicar a mim, e aos arouquenses, o que tão relevante se passou no lugar da castanheira, para prever gastar 600.000€, no aumento da casa das pedras parideiras?".----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção de José Maria Ribeiro e passa a palavra ao senhor André Vilar.----------

---------- O senhor André Vilar diz que é preciso mais do que ter nascido em Arouca para ser conhecedor da realidade do município, é preciso viver-se em Arouca na sua plenitude. Dá nota de projetos municipais em curso que são dirigidos por jovens arouquenses: Atendimento ao Jovem Munícipe no agrupamento de escolas de Arouca e Escariz, Espaço Jovem Munícipe, Laboratórios de Cidadania, Orçamento Participativo, Desporto Escolar, Concelho Municipal da Juventude, Centro de Incubação e Indústria de Arouca, Apoio ao Associativismo. Dá também nota de algum apoio na interpretação do

orçamento: Estratégia Local de Habitação em curso e que permitirá aumentar a oferta de habitação com preços ajustados, Regulamento de vendas dos lotes em Vila Pavão, Educação neste orçamento recebe 13% - caso mais específico é a verba de 50.000€ para bolsas de estudo no ensino superior, dizendo que é só procurar no documento, acompanhar o trabalho da Câmara e, principalmente, conhecer e viver as dinâmicas do município, para saber que os executivos liderados por Margarida Belém têm apoiado a juventude, envolvendo-a em todas as áreas. ----------

---------- Diz ainda que, efetivamente, este orçamento é para os arouquenses, não os divide em faixas etárias, sendo um orçamento intergeracional e que surge no seguimento do programa eleitoral apresentado às eleições de setembro e que a maioria dos arouquenses preferiu. ----------

---------- Acaba dizendo que os jovens da bancada do PS confiam nas grandes opções do plano e do orçamento aqui proposto. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção de André Vilar e passa palavra ao senhor Pedro Bastos que começa por lamentar que os documentos com esta importância e complexidade sejam enviados já fechados com tão pouco tempo para análise aos vereadores da oposição, parecendo que não fazem parte do mesmo órgão. ----------

---------- Os itens com verbas simbólicas e os milhares de euros previstos em “outros” e “diversos” sem especificação, o arrastar de prazos ou não contemplação de obras estruturais para algumas juntas de freguesia e, por vezes, as que são feitas são de forma desigual para os seus fregueses, o ziguezague com os tempos e custos de obras estruturais que nos orçamentos anteriores eram de relevância, e neste se veem despojados de verbas e/ou arrastados no tempo para a sua execução, coincidindo (questionando se será apenas uma coincidência, tendo em conta que estivemos em ano eleitoral) na sua maioria, com o fim desta legislatura. ----------

---------- Diz ainda que não vê neste orçamento um planeamento estratégico, capacitado de inovação e com rasgados horizontes a trilhar com dinamismo empresarial, económico e, essencialmente, florestal.

---------- Assim, à semelhança do que aconteceu com os Vereadores que representam a Coligação “Agora os Arouquenses”, declara que se vão abster. Pedindo também que esta declaração seja junta à sua outra declaração de voto.----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção do senhor Pedro Bastos, e não havendo mais pessoas inscritas, nem manifestações de vontade nesse sentido, passa a palavra à senhora Presidente para responder.----------

---------- A senhora Presidente volta a referir que este orçamento define bem a estratégia e o rumo, dizendo que vincou bem as prioridades que estão definidas e o peso que elas correspondem nas grandes opções do plano. ----------

---------- Dá nota aos senhores Óscar Brandão e Pedro Bastos que a foi cumprido o direito de oposição e, portanto, os documentos foram enviados cumprindo o que está estipulado na lei. Dizendo que vão procurar trazer os documentos mais cedo e apresentá-los com a devida antecedência, mas confessa que com as propostas que fizeram chegar foi sempre só de retirar, e todas as outras propostas que foram feitas elas estavam previstas nas grandes opções do plano, apenas foi pedido para antecipar as verbas, e isso não é possível, porque isso inviabilizaria o próprio orçamento e a sua sustentabilidade.

---------- Dirigindo-se diretamente ao Professor Óscar Brandão, diz que as despesas correntes em 2022 são inferiores, se neste orçamento representam 62,62%, no orçamento de 2021 representavam 63,5%, nas despesas correntes está toda a dinâmica do município, as despesas que se assumem e a melhoria na qualidade de vida de todos, portanto, são estas as despesas obrigatórias e gerais que é preciso assumir todos os anos. Dizendo ainda que não se pode querer, por um lado, fazer mais despesa, investimento, incluir mais projetos, e por outro lado, reduzir a receita. Diz que existem algumas rúbricas abertas e rúbricas diversas que tem valores reduzidos, porque tem de estar abertas porque ainda há compromissos assumidos, e há outras rúbricas de projetos que estão a ser desenvolvidos, são projetos que não tiveram financiamento, mas são projetos que devem ser contemplados no futuro, se não tiverem inscritos, mesmo que por um valor insignificante, não é possível fazer nada. ----------

---------- Há questões que são colocadas concretamente, que fazem alusão de verbas avultadas a projetos, que não são verbas para o ano de 2022, mas sim verbas para o planeamento que está a ser feito. A requalificação das Pedras Parideiras é um projeto de ampliação, e tal como este há mais, que estão a prever financiamento para a valorização de recursos endógenos. Os dados que foram pedidos, não há dados concretos, há estudos, mas diz que na próxima reunião, se houver dados que estejam disponíveis quanto à previsão da receita fiscal, previsão no tecido empresarial e o seu impacto, irá trazê-los.----------

---------- Julga que este orçamento e estas proposta revelam aquilo que é a capacidade financeira e o cumprimento dos objetivos estratégicos em prol do desenvolvimento económico, social e cultural do município de Arouca, e não corresponde a uma mera gestão de eventos, os objetivos estão bem definidos e claros.----- ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção da senhora Presidente, dando, de seguida a palavra ao senhor Óscar Brandão, por solicitação deste, para fazer uma correção, dizendo que o regime que a senhora Presidente citou dá a possibilidade que seja dado às Juntas de Freguesia essa verba do IRS,

mas isto é via finanças, mas a proposta dos Vereadores do "Agora os Arouquenses" é simples, não estando a pedir às finanças que seja encaminhado esse dinheiro para as Juntas de Freguesia, mas sim que o valor apurado fosse transferido para as Juntas de Freguesia, sendo isso claramente diferente. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção e dá a palavra à senhora Presidente para responder, a qual diz que não vai fazer mais nenhum comentário. ----------

---------- Procedeu-se à votação deste ponto da ordem de trabalhos, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado com 2 votos contra, 15 abstenções e 17 votos a favor. ----------

---------- O Presidente da União de Freguesias de Arouca e Burgo, o senhor Vítor Arouca toma a palavra para fazer declaração de voto – dizendo que votou contra porque não viu vertido no orçamento aquilo que são as pretensões da União de Freguesias de Arouca e Burgo e que foi demonstrado em reunião com o executivo camarário.----------

---------- O senhor Luís Almeida pediu a palavra para fazer declaração de voto, dizendo que no Partido Popular Monárquico acredita-se que deve existir coerência entre aquilo que publicamente se apresenta aos eleitores e as ações enquanto eleitos, como já anteriormente defenderam, o desenvolvimento do território deve basear-se num conjunto de políticas concertadas entre si, que assegurem a harmonização dos vários interesses com expressão espacial, tendo em conta o desenvolvimento económico e social, a sustentabilidade e a solidariedade do seu povo. O orçamento e as GOP são o mais importante reflexo das opções estratégicas de um município, mais do que uma mera descrição entre o que se arrecadará em impostos e financiamento nacional, e a posterior despesa, a elaboração do orçamento deve partir da análise das prioridades e anseios dos arouquenses, de modo a inverter a posição do território mais extenso e pobre da AMP.----------

---------- Só com um desenvolvimento equilibrado, diversificado e sustentável é possível diminuir as assimetrias no concelho, travar e inverter a desertificação. Neste particular, relembra os recentes resultados dos censos que mereceram a atenção de todos, questiona assim o que se pode retirar deste orçamento como estratégia diferente do anteriormente feito para o combate à desertificação das freguesias, principalmente as que mostram números mais significativos. Diz que o PPM defende publicamente que a redinamização da economia local nestes tempos conturbados de pandemia deveria ser feita por uma baixa de impostos e um aumento significativo de investimentos, o que não se verifica.

---------- À manutenção da contribuição de 5% de IRS em sentido contrário ao que é feito, por exemplo, em Castro Daire e São Pedro do Sul, com taxas de participação do IRS de 3% e 2%, é, além de errada, é o reflexo daqueles que pensam que ao cidadão se pode pedir todos os esforços e que a autarquia não tem de fazer esforço nenhum para gastos não necessários. ----------

---------- Os valores cobrados em IMI, ao contrário do que é dito pelo PS, são os mínimos nos municípios com caraterísticas idênticas às de Arouca, apenas sendo superior em municípios urbanos, assim, o PPM defende uma redução do IMI em todos os imóveis colocados em arrendamento e isenção de IMI e IMT na aquisição de habitação nova ou para restauro desde que destinada para habitação própria ou permanente. Bem como, a implementação de um programa Urbanismo Simplex que agilize os processos de licenciamento, construção e reabilitação urbana, como parte de uma estratégia para a resolução de problemas de acesso à habitação a preços condignos que permita ao município fixar população. - ----------

---------- A agricultura e a floresta que continuam a ser a principal fonte de rendimento de vários arouquenses, e um complemento de baixas pensões para outros, matéria cara ao PPM, é contemplada com 1% do orçamento, e fazendo uma análise mais detalha verifica-se que este se destina, na generalidade, a prémios e concursos. Uma vez mais não é possível identificar nada de novo.----------

---------- De positivo, identifica-se apenas o investimento nas zonas industriais, a qual o PPM aplaude.

---------- Conclui dizendo que este orçamento não estabelece a visão estratégia do PPM para o município, e o voto favorável seria uma traição a todos aqueles que, diversas formas, incentivaram e manifestaram o seu apoio ao PPM. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção do senhor Luís Almeida. ----------

---------- O senhor Óscar Brandão pediu a palavra para propor que se dispensasse a apresentação dos documentos, dos pontos seguinte, tendo a concordância de todos os membros. ----------

---------- **3.4 COMPROMISSOS PLURIANUAIS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA:----------**

---------- No ponto 3.4 o senhor Presidente da Assembleia colocou o documento à votação, por braço no ar, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

---------- **3.5 MAPA DE PESSOAL: ----------**

---------- O senhor Presidente da AM questiona a senhora Presidente se pretende fazer alguma intervenção, sobre este ponto da ordem de trabalhos, a qual diz que não, avançando-se para a votação deste ponto. Este ponto é aprovado com 6 abstenções e 28 votos a favor. ----------

----------3.6 IMPOSTOS MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS:----------

---------- O senhor Presidente da AM questiona a senhora Presidente e os senhores membros para alguma intervenção. Não há intervenções, por isso, avança-se para a votação, por braço no ar. Este ponto é aprovado por unanimidade. ----------

----------3.7 APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – CEDÊNCIAS DE EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS: ----------

30.12.2021

---------- No ponto 3.7 o senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à senhora Presidente da Câmara que diz que este é o modelo de protocolo que tem sido adotado. ----------

---------- O senhor Presidente da AM toma a palavra e questiona os senhores membros se há alguém que se quer inscrever para intervenção neste ponto. Não havendo inscrições, passa-se para a votação, por braço no ar. O ponto é aprovado com 2 abstenções. ----------

---------- O senhor Presidente da AM dá a palavra ao senhor Pedro Bastos, que pediu a palavra para exercer o direito de declaração de voto. Considera que este documento é incongruente em vários aspetos, especialmente no que se refere aos trabalhadores e respetivos seguros obrigatórios. Diz ainda que o documento é apresentado como uma mais-valia para as juntas de Freguesia, mas, bem analisado, descarta a Autarquia de qualquer responsabilidade legal atirando esta para as Juntas de Freguesias que se veem sem mecanismos e meios para as salvaguardar. Hiperbolizando, diz que poderia mesmo comparar a eficácia do documento a "uma faca de dois gumes ou um pau de dois bicos". Acaba dizendo que este documento proposto fica muito aquém do que era expectável – um reforço de dotação, de transferência de verbas e competências para as Juntas de Freguesia de forma justa e equilibrada entre elas. ----------

---------- Assim, neste sentido, e uma vez que será sempre uma opção ou escolha e não uma obrigação das juntas assinar ou não assinar o referido Protocolo, diz que se irá abster. ----------

---------- O Presidente da AM agradece a intervenção ao senhor Pedro Bastos e avança para o próximo ponto.------- ----------

---------- **3.8 TRANSMISSÃO DE SESSÕES ON-LINE:**----------

---------- Em relação ao último ponto, o senhor Presidente da Assembleia apresentou, numa breve descrição, o documento sobre a transmissão em direto das sessões da Assembleia Municipal. Diz que esta proposta não é novidade para ninguém, já vem sendo falado há muitos anos, e é um desejo que o próprio sempre manifestou. Considera que é de extrema importância esta medida, para aproximar os cidadãos do centro político e, de certa forma, para fomentar a sua participação cívica. Inscrevendo-se para este ponto: os senhores Pedro Sousa, Rui Vilar, Afonso Portugal, Cátia Cardoso e Pedro Bastos. ----------

---------- O senhor Presidente da AM passa a palavra ao senhor Pedro Sousa que informa vir apenas trazer três questões a quem elaborou o projeto, dizendo também que já é um tema que se fala há muito tempo e que considera que é uma medida mais do que válida. Questiona assim: se as sessões ficam gravadas, ou seja, para além da transmissão se há a gravação da mesma, e se sim onde; e se ficarem gravadas se podem ser solicitadas cópias pelos membros da Assembleia ou qualquer outro cidadão; e se é ou não possível que alguém, não eleito, possa solicitar a opção de não gravação da sua intervenção.

---------- ----------

30.12.2021

---------- O senhor Presidente da AM responde logo dizendo que quanto à última questão o parecer dá resposta, sendo esta uma sessão publica e estando presente os cidadãos que queiram participar ou não, também estão no âmbito de uma sessão que decorre numa sessão e espaço público, a recolha de imagem acontece e tem legitimidade nesse caráter público. Quanto às outras questões, a imagem vai ser recolhida e vai ser guardada durante algum tempo, mas que se levantam questões relacionadas com a proteção dos dados, que importa acautelar, mas o Regime Geral de Proteção de Dados será, obviamente, cumprido. Vai estar acessível temporariamente, não vai estar sempre. ----------

---------- O senhor Presidente da AM passa a palavra ao senhor Rui Vilar. ----------

---------- O senhor Rui Vilar, começa por parabenizar a mesa por esta iniciativa que já vem sido pedida por vários munícipes, diz ainda que no distrito de Aveiro a grande maioria dos concelhos tem a transmissão em direto das AM pelas redes do município, e Arouca não deve ter receio ou medo de que as pessoas vejam o que se passa na AM, pelo contrário, considera que quanto mais aberta for a sessão melhor, saudando a mesa. Considera que se deve acautelar estas questões de proteção de dados, mas estando num local e cerimónias públicas, é normal que haja imagem, e até considera que será o menor dos problemas. ----------

---------- Aproveita ainda para responder ao senhor Pedro Sousa que há pouco o mencionou, dizendo que já se apercebeu de duas coisas, a primeira é que a senhora Presidente tem muita dificuldade em responder a questões feitas e que o Pedro Sousa é uma autêntica "torre do Tombo" que vai buscar declarações anteriores. Diz ainda que na sua intervenção referia-se a declarações do PS contra o hotel no convento, mas o senhor Pedro Sousa foi buscar declarações do senhor José Paulo Oliveira de 2015, mas a verdade é que o povo de Rossas está farto dos socialistas e continua a fartar-se dando largas maiorias ao senhor José Paulo e à senhora Isabel, e no seu contexto cada um vai vencendo. ----------

---------- Falou-se ainda numa certa legitimidade de quem ganha ou de quem vive em Arouca, mas a verdade é que há muita gente na AM que já não mora, como o senhor Pedro Sousa, o senhor Óscar, o próprio Rui Vilar, nem o antigo Vice-Presidente da CMA, por isso, não é uma discussão relevante e importante.- ----------

---------- Quanto ao IRS, relembra que o PS dizia que ao devolver o IRS aos arouquenses havia poucos beneficiados, isso é sinal de que há muitos pobres, portanto, em relação à Juventude quer apenas dizer que há um indicador base que as políticas não estão corretas, e já é assim desde 2001, a faixa etária onde Arouca perde mais população é a dos 19 aos 35 anos, e é um problema que a senhora Presidente herdou e que o PSD quer ajudar a resolver. ----------

30.12.2021

---------- O senhor Presidente da AM passa a palavra ao senhor Afonso Portugal que prescinde da palavra, dando assim a palavra à senhora Cátia Cardoso.----------

---------- A senhora Cátia Cardoso, começa por cumprimentar todos os presentes. Diz que é sensível a este tema, porque é muito importante por uma questão da transparência e comunicação com a população. Avança dizendo que tal como o orçamento e as grandes opções do plano para 2022 apresentados pelo executivo, não refletem as vontades da Coligação e esta não se reviu no documento, porque dá seguimento ao programa que foi apresentado para as eleições de 2021, esta proposta da transmissão das sessões online foi também anunciada nas eleições pelo candidato à AM da Coligação, e vê esta proposta com muito bons olhos, porque ela é de extrema importância, como já disse acima. Ela já seria importante pelos tempos tecnológicos que vivemos, mas tornou-se ainda mais importante com este contexto pandémico. ----------

---------- Deixa ainda uma sugestão de que estas sessões ficassem disponíveis num arquivo digital e que pudessem ser consultadas posteriormente, pelos munícipes e membros da AM. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece as intervenções, e responde dizendo que ainda vai ter de ser lançado o procedimento de funcionamento deste bem e serviço e que ainda se vai ter de equacionar de que forma é que se vai transmitir, qual a plataforma usada, e se for, por exemplo, através do Youtube, é possível que elas fiquem disponíveis por algum tempo. ----------

---------- Relativamente à intervenção do senhor Pedro Sousa, vai-se procurar ter o mínimo impacto possível quando esteja em causa o público, mas o público que pretender intervir sabe que a sessão é transmitida. Considera que esta medida traz mais benefícios do que prejuízos. ----------

---------- O senhor Presidente da AM dá a palavra ao senhor Pedro Bastos que deixa apenas uma nota de congratulação sobre a apresentação deste ponto, que irá aproximar os cidadãos do órgão deliberativo, com a importância que tem na vida autárquica. ----------

---------- O senhor Presidente da AM agradece a intervenção, e passa para a votação, por braço no ar, deste ponto. O ponto é aprovado por unanimidade.----------

---------- O senhor Presidente da AM intervém só para fazer uma retificação e dizer que a lei referida inicialmente, em resposta à questão dos tempos levantada pelo senhor Pedro Sousa, é a Lei Orgânica 1/2001, 14 de agosto, art. 17º/4. Relativamente aos tempos, foram equitativos, equilibrados e justos. ----

---------- **APROVAÇÃO DA MINUTA:** ----------

---------- Posta à votação, por braço no ar, a Assembleia Municipal, aprovou por unanimidade, a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos do consignado nos números 3 e 4 do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. ----------

---------- E nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 21 horas e 15 minutos. ----------

30.12.2021

---------- Para os devidos efeitos, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Cristina Saavedra, que a redigi e a subscrevo. ----------